

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Azul S.A. ("Azul") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Marcos Penteado de Uihôa Rodrigues, 939 na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte de passageiros e de carga. A Azul e suas controladas são, em conjunto, chamadas de "Companhia".

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), uma subsidiária a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 3 de janeiro de 2008, e tem como principal objeto a operação de transporte de passageiros e de carga aérea no Brasil desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. Canela Investments LLC ("Canela"), uma subsidiária com sede no estado de Delaware, Estados Unidos da América, a qual a Companhia detém 100% do capital, foi constituída em 28 de fevereiro de 2008 e tem o propósito específico de adquirir aeronaves no exterior para arrendamento à ALAB.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras individuais apresentadas a seguir:

Controladas	Atividade principal	País	% Participação	
			31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Operações aéreas	Brasil	100,0%	100,0%
Azul Finance LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Azul Finance 2 LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Blue Sabiá LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
ATS Viagens e Turismo Ltda. (a)	Serviço de turismo	Brasil	99,9%	99,9%
Azul SOL LLC (a)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Azul Investments LLP (a)	Captação de recursos	Estados unidos	100,0%	100,0%
Fundo Garoupa (b)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%
Fundo Safira (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%
Fundo Azzurra (a)	Fundo de investimento exclusivo	Brasil	100,0%	100,0%
Canela Investments LLC (Canela) (a) (c)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Canela 336 LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Canela 407 LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Canela 429 LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Canela Turbo Three LLC (d)	Financiamento de aeronaves	Estados unidos	100,0%	100,0%
Daraland S.A. (a)	Holding	Uruguai	100,0%	100,0%
Encenta S.A. (Azul Uruguai) (e)	Operações aéreas	Uruguai	100,0%	100,0%
TudoAzul S.A.	Programa de fidelidade	Brasil	100,0%	100,0%
Cruzeiro Participações S.A.(a) (f)	Participação em outras sociedades	Brasil	99,9	-

(a) Investimento realizado indiretamente através da ALAB.

(b) Investimento realizado 4% diretamente e 96% indiretamente através da ALAB.

(c) Investimento transferido da Azul para a ALAB em 1 de dezembro de 2017.

(d) Investimento da ALAB realizado indiretamente através da Canela.

(e) Investimento realizado indiretamente através de Daraland.

(f) Subsidiária constituída em 06 de fevereiro de 2018.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Oferta internacional de distribuição secundária pela Hainan Airlines Holding Co., Ltd (“HNA”)

A Companhia anunciou em 29 de junho de 2018 a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 58.138.005 ações preferenciais da Companhia em uma oferta internacional. As ações preferenciais foram oferecidas diretamente e sob a forma de ações depositárias americanas, ou ADSs, cada uma das quais representa três ações preferenciais. Por se tratar de uma oferta pública internacional de distribuição exclusivamente secundária, não houve concessão de qualquer tipo de preferência ou prioridade aos atuais acionistas da Companhia para aquisição das ADSs, tampouco diluição da posição patrimonial. O preço de oferta internacional foi de US\$16,15 por ADS.

A oferta internacional representou a alienação da totalidade das ações emitidas pela Companhia e detidas pela HNA. Consequentemente, a Companhia não recebeu caixa decorrente da transação.

Senior Notes

Em 19 de outubro de 2017, a Azul Investments LLP, uma subsidiária da ALAB, precificou uma oferta no exterior no valor total do principal de US\$400 milhões de Senior Notes com vencimento em 2024 e com um cupom de 5,875% por ano (“Notes”). Essa transação faz parte da estratégia de gestão do passivo da Azul, e os recursos serão utilizados para refinanciamento de dívidas e para fins corporativos gerais.

Em 14 de dezembro de 2017, o montante total referente às Senior Notes foi trocado de Dólares para Reais por meio de instrumentos financeiros Swap e Opções de câmbio para proteger despesas de juros e Opções de câmbio para proteger o montante principal contra flutuações cambiais até uma taxa de câmbio de R\$4,7500 por US\$1,00.

Parceiros estratégicos

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Serviço Postal do Brasil)

Em 20 de dezembro de 2017, ALAB e Correios assinaram um memorando de entendimentos para a criação de uma empresa privada de soluções de logística integrada. A Azul terá uma participação de 50,01% na nova empresa e os Correios os 49,9% restantes.

Com apenas a demanda já atendida pela ALAB e pelos Correios, a nova empresa espera movimentar aproximadamente 100 mil toneladas de carga por ano. Ambas as empresas esperam que a nova empresa gere economia de custos, eficiência operacional e lucro, melhorando a oferta de serviços ao consumidor.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O memorando de entendimentos foi submetido para aprovação pelas autoridades brasileiras e órgãos governamentais, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – “CADE”. Somente após as aprovações necessárias, a nova empresa será estabelecida e suas atividades serão iniciadas. Na data de aprovação destas demonstrações financeiras a aprovação ainda não ocorreu, consequentemente as operações ainda não iniciaram.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram aprovadas para emissão pelos membros da diretoria, em 12 de março de 2019.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas sob a responsabilidade de nossa Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional adotada pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas fornecem informação financeira comparativa em relação ao período anterior. Adicionalmente, a Companhia apresenta balanço patrimonial adicional no início do período anterior, quando há uma aplicação retrospectiva de uma política contábil, uma reapresentação retrospectiva ou uma reclassificação nas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos e interpretações emitidos IASB, IFRS *Interpretations Committee* e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Azul e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Azul está exposta aos riscos ou, detêm os direitos sobre a investida. Especificamente, a Azul controla uma investida, se:

- Tem poder sobre a investida, isto é, possui direitos que lhe dão a capacidade atual de controlar as atividades relevantes da investida;
- Está exposta, ou possui os direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida, e;
- Possui capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar os seus negócios.

A Companhia reavalia se controla ou não uma investida quando fatos e circunstâncias indicam que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando os ativos, passivos, receitas e despesas de uma subsidiária adquirida durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia ganha controle e cessa na data em que a Companhia perde o controle da subsidiária.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contábeis, em conformidade com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos de partes relacionadas, patrimônio, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre as partes relacionadas são eliminados integralmente no processo de consolidação.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses, como equivalentes de caixa.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.1. Ativos financeiros não derivativos — reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros não derivativos, exceto contas a receber, são mensurados no reconhecimento inicial pelo seu valor justo, acrescido (no caso de ativo que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado) dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição.

Contas a receber que não contêm um componente significativo de financiamento são mensurados no reconhecimento inicial pelo preço da transação.

Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa dos mesmos.

Os ativos financeiros poder ser mensurados em três categorias:

- (i) ao custo amortizado;
- (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) ao valor justo por meio do resultado

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação do modelo de negócios

A avaliação do modelo de negócios requer a classificação do ativo em um dos modelos de negócios definidos pelo CPC 48 (IFRS 9). Os modelos de negócios refletem como a Companhia administra os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa com base em cenários que a Companhia espera razoavelmente que ocorram. Para realizar a avaliação do modelo de negócios, a Companhia agrupou ativos financeiros em carteiras de ativos administrados em conjunto.

<u>Objetivo</u>	<u>Mensuração</u>
Receber os pagamentos contratuais ao longo da vida do instrumento	Ao custo amortizado
Receber fluxos de caixa contratual e vendê-los	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Manter para negociação ou mensurados ao valor justo	Ao valor justo por meio do resultado

Avaliação das características do fluxo de caixa contratual

A avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais é exigida a fim de determinar se os fluxos de caixa contratuais consistem exclusivamente em “SPPI”- pagamentos de principal ou juros sobre o montante principal proeminente

Quando os fluxos de caixa dos ativos consistem exclusivamente de SPPI - posteriormente será mensurado seguindo o resultado da avaliação do modelo de negócios. No entanto, quando os fluxos de caixa dos ativos não consistem apenas de SPPI, deverá ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, independente do modelo de negócios.

Mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia

Os critérios de mensuração subsequente dos ativos financeiros são apresentados a seguir:

- Ao custo amortizado – Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros a custo amortizado incluem: investimentos restritos, clientes e outras receitas que não sejam cartão de crédito, contas a receber de partes relacionadas, depósito em garantia e reserva de manutenção;

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: recebíveis de cartão de crédito; e

- Ao valor justo por meio do resultado – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem: instrumentos financeiros, investimentos de curto prazo e o Bond conversível da TAP classificado como investimento de longo prazo.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3.2. Passivos financeiros não derivativos — reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiro ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros não derivativos, são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um passivo financeiro.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Todos os passivos financeiros não derivativos da Companhia na data do balanço são mensurados pelo custo amortizado e consistem de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, exceto aqueles designados como objeto de hedge (hedge de valor justo) (Nota 22).

3.3.3. Instrumentos financeiros e contabilidade de hedge – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros relativos a contratos de opção de câmbio e NDFs para proteção de câmbio, swap de heating oil para proteção de risco de preço de combustível e Swaps de taxa de juros para proteção contra o risco de variação das taxas de juros. Os instrumentos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge accounting são inicialmente reconhecidos ao valor justo e remensurados a cada data de reporte pelo seu valor justo. A contabilização subsequente do valor justo de instrumentos designados para hedge accounting dependerá da natureza do item sendo protegido e o tipo de contabilidade de hedge designada. Instrumentos financeiros são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo do instrumento for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos não designados para hedge accounting durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período. A contabilização de instrumentos financeiros designados para hedge accounting é tratada no próximo tópico.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilidade de Hedge

As classificações a seguir são utilizadas para fins de contabilidade de hedge:

- Hedge de valor justo - hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido;
- Hedge de fluxo de caixa - hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No início de uma relação de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Companhia e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação do item de hedge ou transação sendo coberta, a natureza do risco a ser coberto e dos riscos excluídos e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa.

Para hedge que atende os critérios de contabilidade de hedge são contabilizados como segue:

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (IAS 21) (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado ou em outros resultados abrangentes, se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para qual a Companhia escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes. O ganho ou a perda resultante do item protegido deve ajustar seu valor contábil (para item reconhecido no balanço) a ser reconhecido no resultado.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

A Companhia possui swaps de taxa de juros para proteção contra a exposição à mudança no valor justo de alguns de seus financiamentos de aeronaves (Nota 22).

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.

Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco de incremento nas taxas de juros pós-fixadas relacionadas às suas transações de arrendamento financeiro e opções de câmbio para proteção do pagamento de dívida denominada em moeda estrangeira.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos financeiros não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazos ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando um instrumento financeiro for mantido como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o instrumento financeiro é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- Os instrumentos financeiros designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*. O instrumento financeiro é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.3.4. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro da mesma contraparte com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.3.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado nas demonstrações de resultado se houver direito legal de compensar os montantes reconhecidos e intenção em liquidar numa base líquida, ativos e passivos simultaneamente.

3.3.6. Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas de acordo com as exigências do CPC 48 (IFRS 9).

Contas a receber de clientes

A Companhia utiliza a abordagem simplificada permitida pelo IFRS 9 para estimar a provisão para perdas em contas a receber de clientes.

Na abordagem simplificada, a Companhia estima perdas de crédito esperado dos valores a receber ao longo da vida na data do balanço (com vida contratual inferior à 12 meses em todos os casos) uma vez que eles resultam de transações com clientes e não têm componente de financiamento significativo.

A Companhia considera recebíveis de cartão de crédito como baixo risco de inadimplência, tendo em vista que não possui histórico de perdas de crédito sobre tais recebíveis e espera-se que não tenha, portanto, não há reconhecimento de provisão para perda esperada.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A fim de estimar perdas de crédito decorrentes de contas a receber e ativos contratuais a Companhia segrega tais ativos em carteiras de recebíveis para aqueles que possuem características semelhantes de risco de crédito. Para cada carteira a Companhia mede a taxa histórica de perdas (líquidas de recuperações) de recebíveis inadimplentes ao longo de um período histórico relevante, considerando inadimplentes aqueles com atraso superior à 90 dias. A taxa histórica de perda para a carteira é ajustada posteriormente a fim de incorporar uma estimativa do impacto das condições econômicas futuras sob essas taxas históricas.

A estimativa do impacto das condições econômicas futuras é baseada na correlação observável com indicadores macroeconômicos. A Companhia revisa tempestivamente o período histórico em que as perdas são mensuradas e o indicador macroeconômico relevante a ser utilizado, e como correlacionar com a experiência de inadimplências.

Outros ativos financeiros

Para outros ativos financeiros a Companhia avalia individualmente para cada contraparte, se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Esta determinação baseia-se em informações disponíveis da contraparte. Caso haja classificação do risco de crédito da contraparte por agência de rating disponível, tal informação é levada em consideração.

Para ativos financeiros que não possuam aumento significativo no risco de crédito, uma estimativa de perdas de crédito esperada é feita com base em eventos de inadimplência de um instrumento financeiro mensurável dos próximos 12 meses após a data do balanço, enquanto que para os ativos com um aumento significativo no risco de crédito a estimativa é feita com base nas perdas resultantes de eventos de inadimplência mensuráveis ao longo da vida do ativo.

Uma provisão para perda é reconhecida quando a Companhia estima que haverá o risco de perdas de crédito durante o período. Na mensuração da provisão, a Companhia considera pelo menos três cenários (padrão, otimista e pessimista) e para cada um, é feita uma estimativa dos fluxos de caixa (incluindo os fluxos de caixa de garantia). Os fluxos de caixa estimados resultantes de cada cenário são descontados a valor presente na data do balanço e são ponderadas pela probabilidade que baseia-se em julgamento para cada cenário.

3.3.7. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados organizados é determinado com base na cotação de mercado no fechamento na data do balanço, não sendo considerado custos da transação.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado usando técnicas de precificação. Estas técnicas podem incluir o uso de transações de mercado recentes, as referências ao valor justo corrente de outros instrumentos similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contendo maiores detalhes de como são calculados está descrita na nota 22.

3.4. Estoques

Os estoques são compostos por peças de manutenção de aeronaves, comissaria e uniformes. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável, dos dois, o menor, líquido da provisão para perda de estoques.

3.5. Impostos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e refletem a melhor avaliação da administração sobre os ativos e passivos tributários mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar as autoridades fiscais. No Brasil o imposto de renda é determinado sobre cada entidade jurídica, ou seja, não de forma consolidada. As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes são mensuradas considerando a compensação de prejuízos fiscais, até o limite de 30% do lucro tributável anual. Os rendimentos das subsidiárias estrangeiras estão sujeitos a tributação de acordo com as taxas e as legislações fiscais vigentes. No Brasil, esses rendimentos são tributados de acordo com a Lei 12.973/14.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados através das alíquotas aplicáveis no ano em que os bens serão realizados ou os passivos liquidados, com base nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, que resultarão em valores tributáveis ou dedutíveis no futuro.

O saldo contábil do imposto de renda diferido ativo é apresentado líquido se houver um direito legal ou contratual para compensar ativos tributários contra passivos tributários e os impostos diferidos estão relacionados à mesma Companhia tributável e são revisados na data da demonstração financeira e baixados na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos sejam utilizados.

Os impostos diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada demonstração financeira e são reconhecidos na medida em que é provável que o lucro tributável futuro permita que os ativos diferidos sejam recuperados.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de renda e contribuição social diferidos, relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3.6. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de câmbio são registradas na demonstração do resultado. As alterações do valor justo dos instrumentos de hedge são registradas pelo tratamento contábil descrito na nota 3.3. "Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge".

3.7. Ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. No imobilizado também são registrados os pré-pagamentos de aeronaves em fabricação que incluem os juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e benfeitorias em bens de terceiros.

A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados, em contrapartida de um débito em outras contas a receber e, em seguida, registrada como despesa ou ativo, quando os créditos são utilizados para a aquisição adicional de bens ou serviços. Nos casos de arrendamento operacional, esses créditos são diferidos e reduzem as despesas de arrendamento operacional, de forma linear, durante o período dos contratos relacionados.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aeronaves próprias são registradas pelo custo de aquisição e são submetidas à análise de "impairment" anualmente, quando há indicadores de "impairment". Equipamentos de aeronaves, "rotables" e ferramentas compreendem peças de manutenção reparáveis, e com vida útil superior a um ano, e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

Os arrendamentos de aeronaves são contabilizados como operacionais ou financeiros - vide Nota 3.11.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada a seguir:

	<u>Vida útil estimada</u>
Aeronaves	12 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Equipamento de aeronave	12 anos
Equipamentos de informática e periféricos	5 anos
Ferramentas	5 anos
Manutenções pesadas - motores	5 a 6 anos
Manutenções pesadas – checks estruturais	2 a 10 anos
Motores	12 anos
Edificações e benfeitorias	10 anos
Simulador de voo	20 anos
Veículos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Companhia considera que as aeronaves possuem quatro componentes principais, casco, motores, manutenções pesadas e checks estruturais. São atribuídos ao componente de custo de manutenção de motores à parcela do custo total de cada aeronave no momento de sua aquisição. Esse componente é depreciado ao longo da vida útil, determinada de acordo com o período até a próxima manutenção pesada ou checks estruturais programada ou vida útil remanescente dos motores, dos dois, o menor.

A Companhia possui contratos de manutenção de motores que suportam toda a atividade significativa de sua manutenção. Adicionalmente, a Companhia, também possui contratos do tipo "power-by-the-hour", no qual os valores devidos aos prestadores de manutenção são calculados com base nas horas voadas, no momento do evento da manutenção

Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com manutenção pesada são registrados parte do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente da Companhia. Estes custos de manutenção são amortizados ao longo da vida útil determinada de acordo com o período até a próxima manutenção programada significativa. A manutenção pesada para aeronaves mantidas como arrendamento operacional é reconhecida como despesa na data do evento e registrada na rubrica "Materiais de manutenção e reparo".

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas de depreciação de manutenções capitalizadas são registradas sob a rubrica “Depreciação e amortização” na demonstração do resultado.

Um item do ativo imobilizado e de qualquer parte significativa reconhecida inicialmente é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado em “Outras despesas operacionais, líquidas”.

3.8. Combinação de negócios

Na contabilização da combinação de negócios, é utilizado o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, com base no valor justo na data da aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados pelo valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura é mensurado como o excesso da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos pelo valor justo. Se a contraprestação for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração de resultados. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo menos quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para os anos de 2018 e 2017, a Companhia não concluiu nenhuma transação de combinação de negócios.

Para a combinação de negócios de Companhias sob controle comum, é utilizado o Método Predecessor. Os ativos e passivos da companhia adquirida foram transferidos pelos seus valores contábeis. Essas transações intragrupo não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 16).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, e reconhecidos na demonstração do resultado.

Na aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), a Companhia identificou direitos de operações em aeroportos e classificou como vida útil indefinida. O valor justo sobre os direitos de operação dos aeroportos da Pampulha, Santos Dumont e Fernando de Noronha foram reconhecidos a valor justo na data de aquisição. O valor justo destes direitos foi avaliado com base nos fluxos de caixa futuros descontados estimados. Esses direitos são considerados como tendo vida útil indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requisitos de autorizações necessárias para operar no Brasil e limitada disponibilidade de slots nos aeroportos mais importantes em termos de volume de tráfego.

3.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Anualmente é realizada uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. Se houver, tais evidências são identificadas através do teste de “*impairment*” anual. Para avaliar um ativo é necessário que se estime o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustado a valor contábil.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia opera como uma única unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor justo menos o custo de venda, é determinado sempre que possível, com base em um contrato de venda firme realizado em condições normais de mercado entre as partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há compromisso de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou o preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo ágio, é feita anualmente uma avaliação para determinar se há indícios de que as perdas, por redução ao valor recuperável, reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se essa indicação existir, é estimado o valor recuperável do bem. A perda por “*impairment*” anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que tenha sido reconhecida a última perda por “*impairment*”. A reversão é limitada, de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por “*impairment*” tenha sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A determinação de “*impairment*” do ágio registrado no balanço é realizada através da avaliação do valor recuperável da Companhia (única unidade geradora de caixa).

Quando o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor quando comparado com o saldo contábil, uma perda por ajuste a valor recuperável é reconhecida no período. As perdas por ajustes a valor recuperável não podem ser revertidas em períodos futuros.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais se detém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, desde o início um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os pagamentos de arrendamento são apropriados entre despesas financeiras que são reconhecidas diretamente na demonstração de resultado e como passivo contabilizado como dívida não circulante, com base nas contraprestações remanescentes a pagar de forma a alcançar uma taxa constante de juros. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Aeronaves mantidas sob arrendamentos financeiros são registradas com base no menor valor entre o valor justo da aeronave e o valor presente dos pagamentos mínimos, descontados a uma taxa de juro implícita quando é claramente identificado no contrato de locação, ou a taxa de juros de mercado.

Os ativos são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica remanescente dos bens arrendados ou pelo prazo contratual quando não existe uma razoável certeza de que irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais, incluindo os custos diretos e incentivos recebidos do locador de cada contrato, são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

A transação de “sale and leaseback” envolve a venda e o imediato aluguel do mesmo ativo. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de “sale and leaseback” classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo. Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado e serão diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante contrato.

Se a transação de “sale and leaseback” resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento.

Subarrendamento é uma operação em que a Companhia possui um contrato original de aluguel de determinado ativo que é transferido para um terceiro gerando um novo contrato de aluguel em condições que podem ser iguais ou diferentes do contrato original. A despesa do aluguel do contrato original é reconhecida na demonstração do resultado na linha de “Arrendamento mercantil de aeronaves e outros” e a receita do contrato de subarrendamento

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

na linha de “Outras receitas”.

Em determinadas circunstâncias, como por exemplo, condições de mercado em que os contratos foram negociados, pode ocorrer que o valor da despesa de aluguel paga seja diferente da receita de aluguel recebida no contrato de subarrendamento. Para os contratos em que essa situação é identificada o registro de uma provisão para contrato oneroso é requerida de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

3.12. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

a) Depósitos em garantia para contratos de arrendamento

Os depósitos em garantia são representados por valores depositados pela Companhia para os arrendadores das aeronaves, conforme exigido no início do contrato, como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados em dólares norte-americanos sem incidência de juros e são reembolsáveis ao término dos contratos.

b) Reserva de manutenção de aeronaves e motores

Determinados contratos de arrendamento preveem o pagamento de reservas de manutenção para os arrendadores de aeronaves a serem mantidos como garantia antes do desempenho das principais atividades de manutenção. Os depósitos de reserva de manutenção são reembolsáveis após a conclusão do evento de manutenção em um valor igual ou menor que (1) o valor da reserva de manutenção detida pelo locatário, associado ao evento de manutenção específico ou (2) os custos qualificados relacionados ao evento específico de manutenção. Substancialmente, todos esses pagamentos de reserva de manutenção são calculados com base em uma medida de utilização, como horários ou ciclos de voo, e são usados exclusivamente para garantir o arrendador a manutenção.

No início da locação ou na data da demonstração financeira, avaliamos se os pagamentos de reserva de manutenção exigidos pelos contratos de arrendamento mercantil serão recuperados por meio do desempenho de manutenção nos ativos arrendados.

Os depósitos de manutenção considerados recuperáveis são refletidos em depósitos em garantia e reservas de manutenção nas demonstrações financeiras. Avaliamos a recuperabilidade dos valores atualmente em depósito com os arrendadores, comparando-os com os valores que devem ser reembolsados no momento do próximo evento de manutenção, e os valores não recuperáveis são considerados custos de manutenção.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os contratos de arrendamento mercantil determinam as condições que devem devolver as aeronaves e os motores aos arrendadores. A Companhia estima a provisão da manutenção baseada no valor presente da expectativa de custo futuro para que a condição de retorno dos equipamentos seja cumprida, levando em conta o plano de frota atual e as programações de manutenção de longo prazo.

3.14. Ações em tesouraria

Os instrumentos de capital próprio adquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos pelo custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos de patrimônio próprio da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, se a ação é reemitida, é reconhecida no prêmio de emissão.

3.15. Benefícios a empregados

i) Bônus a executivos

É constituída provisão para pagamento de bônus dos executivos, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e registrada como Salários e benefícios.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, a serem liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações e ações restritas.

O custo de transações com executivos, liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza de precificação de opções *Black-Scholes*. Maiores detalhes estão demonstrados na (Nota 27).

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de “*vesting*”).

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data base até a data de “*vesting*” reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Administração do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “Salários e benefícios” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de “*vesting*”, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição de mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “Salários e benefícios” correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do plano de remuneração em ações, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um plano de remuneração em ações é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não-aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fosse uma modificação ao plano original, conforme descrito no

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parágrafo anterior.

O custo de transações liquidadas em dinheiro é mensurado inicialmente pelo valor justo na data da outorga. Esse valor justo é contabilizado como despesa durante o período até a data de vencimento, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O passivo é reavaliado ao valor justo na data do balanço até a data de liquidação, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período e reconhecido na rubrica "Salários e benefícios".

3.16 Fornecedores – risco sacado

A Companhia promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de aumentar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, esta modalidade não implica na ocorrência de despesas financeiras para a Companhia, não requer a participação obrigatória dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$162.778 (31 de dezembro de 2017 – 0) refere-se ao saldo de fornecedores que se beneficiaram do convênio.

3.17. Receita de Contrato com Cliente

Receitas de passageiros são reconhecidas após efetiva prestação do serviço de transporte. Receitas de serviços relacionados ao transporte de passageiros são reconhecidas quando o respectivo transporte é realizado, sendo classificadas como receita de transporte de passageiros. Tais receitas incluem excesso de bagagem, encargos administrativos, upgrades e outras despesas relacionadas a viagens.

Os trechos vendidos e não voados, correspondentes aos transportes a executar e serviços relacionados, são demonstrados no passivo circulante na rubrica "Transportes a executar". Os bilhetes expiram no prazo de um ano. A Companhia reconhece receita de bilhetes e serviços relacionados ao transporte de passageiros a partir da data do voo e passagens com expectativa de expiração (*breakage*). A Companhia estima os valores de reembolsos e remarcações, líquido dos bilhetes expirados, uma vez que a data do voo já ocorreu. Estas estimativas são baseadas em dados históricos e experiência de eventos passados.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 47 (IFRS 15) exige a divulgação de informações quantitativas e qualitativas sobre alocação de preço de transação alocado às performances satisfeitas ou ou parcialmente satisfeito. A Companhia aplica o expediente prático para não divulgar informações, pois as obrigações de desempenho fazem parte de contratos com duração prevista de um ano ou menos.

A receita é segregada como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017 (Pro forma)
Receita operacional		
Receita de transporte de passageiros	7.744.031	6.695.340
Receita de serviços relacionados ao transporte de passageiros	926.101	704.391
Total de receita de transporte de passageiros	8.670.132	7.399.731
Cargas e outras receitas	483.225	373.742
Receita total	9.153.357	7.773.473

3.18. Programa TudoAzul

No programa “TudoAzul”, os clientes acumulam pontos com base no valor gasto em passagens aéreas. A quantidade de pontos ganhos depende do status no programa de fidelidade, mercado, voo, dia da semana, compra antecipada, classe da reserva e outros fatores do TudoAzul, incluindo campanhas promocionais. Através de dados histórico, a Companhia estima os pontos que expirarão sem ser utilizados e reconhece a receita correspondente na emissão do ponto (breakage). Os pontos em geral expiram em dois anos após a data de emissão, independentemente de atividade na conta do membro do programa.

Após a venda de um bilhete, a Companhia reconhece uma parcela das vendas de passagens como receita quando o serviço de transporte ocorre e difere a parcela correspondente aos pontos do Programa TudoAzul, em conformidade com o CPC 47 (IFRS 15).

A Companhia determina o preço estimado de venda do transporte aéreo e os pontos, considerando que cada elemento tivesse sido vendido em uma base separada, sendo portanto baseado no preço de venda individual relativo (“stand alone selling price”).

A Companhia também vende pontos do programa de fidelidade a clientes e parceiros, incluindo cartões de crédito *co-branded*, instituições financeiras e varejos. A receita relacionada é diferida e reconhecida como receita de transporte de passageiros quando os pontos são resgatados e o serviço de transporte relacionado ocorre, com base no preço médio ponderado dos pontos vendidos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As vendas de pontos do programa de fidelidade são compostas por dois componentes, transporte e marketing. Consequentemente, reconhecemos o componente de marketing em “outras receitas” com base nos termos contratuais.

Os pontos concedidos ou vendidos e não utilizados são registrados na rubrica “Transportes a Executar”. A Companhia reconhece a receita de pontos vendidos e concedidos que nunca serão resgatados pelos membros do programa. A Companhia estima esses valores anualmente com base nas informações disponíveis mais recentes sobre os padrões de resgate e vencimento.

3.19. Informações por segmento

O CPC 22 (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de transporte aéreo no território brasileiro. A Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas basicamente por operações de cargas e outros serviços circunstanciais que são reconhecidas no resultado do exercício quando os serviços são prestados.

Com base na forma como a Companhia administra os seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, existe apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro.

3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, os CPC´s 47 e 48 (IFRS 15 e 9) , a natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Diversas outras alterações e interpretações foram aplicadas pela primeira vez em 2018, mas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas, interpretações ou alterações que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 (IFRS 15), emitido em 2016, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47, as receitas são reconhecidas pelo valor que reflete a contraprestação à qual uma Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.

A Companhia adotou a nova norma na data da sua entrada em vigor, 1 de janeiro de 2018 usando o método de adoção retrospectivo modificado.

A nova norma exigiu a reclassificação de receitas auxiliares, como excesso de bagagem, encargos administrativos, upgrades e outras despesas relacionadas a viagens, que anteriormente eram classificadas como outras receitas, para receita de transporte de passageiros no montante de R\$926.101. Essas receitas auxiliares estão diretamente relacionadas ao transporte de passageiros e não são mais consideradas como obrigações distintas do componente de transporte. Nesse contexto, essas receitas auxiliares, que anteriormente eram reconhecidas quando vendidas, são agora reconhecidas quando o transporte é realizado.

Ademais, a adoção do CPC 47 aumenta ligeiramente o preço de venda estimado dos pontos do Programa TudoAzul no montante de R\$6.994. Anteriormente, a Companhia analisava os preços de mercado das passagens aéreas oferecidas às agências de viagens com grandes volumes de transações para estabelecer o preço de venda dos pontos do Programa TudoAzul.

Considerando o requerimento da nova norma, a Companhia adotou o método do preço de venda individual relativo ("stand alone selling price"), conforme descrito no item 3.2.1 acima.

O efeito da adoção do CPC 47 em 01 de janeiro de 2018 é como segue:

	Aumento/ (redução)
Balanco patrimonial	
Transporte a executar	62.603
Tributos diferidos	(21.284)
Prejuízo acumulado	(41.319)

Na tabela abaixo são apresentados os ajustes em cada linha das demonstrações financeiras que foram afetadas em 31 de dezembro de 2018 devido a adoção do CPC 47.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A primeira coluna mostra os valores preparados de acordo com o CPC 47 e a segunda coluna mostra quais seriam os valores caso o CPC 47 não tivesse sido adotado:

31 de dezembro de 2018			
	Após IFRS 15	Antes IFRS 15	Aumento/ (redução)
Demonstração do resultado			
Transporte de passageiros	8.670.132	7.839.086	831.046
Cargas e outras receitas	483.225	1.409.326	(926.101)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(170.604)	(202.923)	32.319
Lucro líquido do período	420.277	357.540	62.737
31 de dezembro de 2018			
	Após IFRS 15	Antes IFRS 15	Aumento/ (redução)
Balanco patrimonial			
Transportes a executar	1.672.452	1.577.397	95.055
Imposto de renda e contribuição social diferidos	443.894	476.213	(32.319)
Prejuízo acumulado	(836.214)	(773.477)	(62.737)

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que substituiu o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) é aplicável para períodos anuais, começando em 1 de janeiro de 2018 ou após.

Exceto para contabilidade de hedge, a aplicação da norma é obrigatória, contudo, sem a necessidade de informações comparativas. Deste modo, a Companhia adotou a nova norma em 1 de janeiro de 2018.

A Companhia optou por não apresentar informações comparativas retrospectivamente demonstrando os resultados com a adoção do CPC 48 (IFRS 9).

O efeito da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em 01 de janeiro de 2018 é como segue:

	Aumento/ (redução)
Balanco patrimonial	
Contas a receber	(631)
Tributos diferidos	215
Prejuízo acumulado	(416)

Classificação e mensuração

A nova norma estabelece novos requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros e passivos conforme detalhado na nota 3.3.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classificou seus ativos e passivos financeiros de acordo com os modelos de negócios estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9) e avaliado os termos contratuais destes não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Como resultado dos novos requerimentos de classificação e mensuração, os recebíveis de cartão de crédito previamente mensurados pelo custo amortizado passam a ser mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta a categoria original de mensuração requerida pelo IAS 39, e a categoria de mensuração requerida pelo CPC 48 (IFRS 9).

	Original - IAS 39	Vigente - IFRS 9
	Categoria da mensuração	
Ativos		
Investimentos de curto prazo	Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado
Investimentos restritos	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado, exceto para os recebíveis de cartão de crédito que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Instrumentos financeiros	Mantidos para negociação, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa	Valor justo por meio do resultado, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa.
Partes relacionadas não circulante	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Investimentos a longo prazo (Bond Conversível da TAP)	Instrumento híbrido contabilizado em sua totalidade pelo valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Investimentos restritos não circulantes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Depósitos de garantia e reserva de manutenção	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros não circulantes	Mantidos para negociação, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa.	Valor justo por meio do resultado, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa.
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros	Mantidos para negociação, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa.	Valor justo por meio do resultado, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa.
Financiamentos e empréstimos não circulante	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar não circulante	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros não circulantes	Mantidos para negociação, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa.	Valor justo por meio do resultado, exceto para aqueles designados como hedge de fluxo de caixa.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as alterações nos valores contábeis resultam exclusivamente da mudança de critérios de mensuração na substituição para o CPC 48 (IFRS 9). Nenhum ativo ou passivo financeiro foi designado e mensurado pelo valor justo por meio do resultado no IAS 39 e a Companhia não fez qualquer designação após a adoção do CPC 48 (IFRS 9).

Impairment

Como detalhado na nota 3.3, o novo modelo de impairment requer o reconhecimento de provisão para perdas de crédito de ativos não mensurados ao valor justo por meio do resultado com base nas perdas de crédito esperadas (ECL – expected credit loss) ao invés de apenas perdas de crédito históricas como previa o IAS 39.

A estimativa da perda esperada baseia-se nas perdas de crédito histórica da contraparte, ajustadas pelas expectativas da administração para às condições econômicas futuras para um período relevante.

A aplicação dos requisitos de impairment previstos pelo CPC 48 (IFRS 9) resultou em um aumento na provisão para devedores duvidosos na ordem de R\$631 em 1 de janeiro de 2018 e uma redução de R\$209 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que se deve em sua totalidade ao contas a receber (que não sejam recebíveis de cartão de crédito) mensurados ao custo amortizado.

Contabilidade de hedge

A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) em relação à contabilidade de hedge à partir de 1 de abril 2018. Estes requerimentos exigem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia, tornam a avaliação de efetividade uma abordagem mais qualitativa e prospectiva e proíbem a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge.

O novo requerimento permite a designação para hedge accounting da exposição líquida de grupo de itens que possuam semelhanças, a separação do elemento a termo e spread com base em moeda estrangeira de instrumento financeiro e segregação do elemento temporal de opções, que passa a ser reconhecido na rubrica “Outros resultados abrangentes” quando fizerem parte de uma relação de hedge accounting.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Interpretação ICPC 21 (IFRIC 22) - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Ao determinar a taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, despesa ou receita relacionados (ou parte dela) no desreconhecimento de um ativo não monetário ou passivo não monetário relacionado à contraprestação a título de adiantamento, a data da transação é a data em que a Companhia reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário resultante do adiantamento. Se houver múltiplos pagamentos ou recebimentos antecipadamente, a Companhia deve determinar a data das transações para cada pagamento ou recebimento da contraprestação a título de adiantamento. A adoção do IFRIC 22 não trouxe impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 10 (R1), sobre a classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações

O CPC emitiu alterações ao CPC 10 (R1), abordando as três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição na mensuração de uma transação de pagamento baseado em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseado em ações com características de liquidação pelo líquido para obrigações de imposto retido na fonte; e contabilização quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseado em ações muda sua classificação de “liquidada em dinheiro” para liquidada com instrumentos patrimoniais. Na adoção, as Companhias são obrigadas a aplicar as alterações sem atualizar os períodos anteriores, mas a aplicação retrospectiva é permitida se eleita para as três alterações e outros critérios forem atendidos. A política contábil da Companhia para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro é consistente com a abordagem esclarecida nas alterações. Para as transações de pagamento baseado em ações com características de liquidação pelo líquido para obrigações de imposto retido na fonte, a Companhia já trata o pagamento inteiramente como “liquidado com instrumentos patrimoniais”. Ademais, a Companhia não fez nenhuma modificação nos termos e condições de sua transação de pagamento baseado em ações. Portanto, estas alterações não têm impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

3.4. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui o IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 - Determinação se um contrato contém um arrendamento, SIC 15 - Arrendamentos operacionais (Incentivos) e SIC 27 - Avaliação da substância das transações na forma legal de um arrendamento.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17. A norma inclui duas isenções eletivas de reconhecimento para os arrendatários - Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos que não apresentem uma opção de compra e que tenham prazos de arrendamento de 12 meses ou menos). Para estes, o arrendatário deve reconhecer os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento ou em outra base sistemática. O arrendatário deve aplicar outra base sistemática se essa base representar melhor o padrão do benefício do arrendatário.

Arrendatários também deverão remensurar o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos. O arrendatário deve geralmente reconhecer o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Sob o IFRS 16, a Companhia capitalizará o direito de uso de todas as aeronaves e outros ativos tais como propriedades, veículos e equipamentos atualmente mantidas sob arrendamentos operacionais. A Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso representando seu direito de usar o ativo subjacente e um passivo de arrendamento correspondente que é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos futuros, representando sua obrigação de fazer pagamentos do arrendamento. As despesas com arrendamento operacional serão substituídas por uma despesa de depreciação do direito de uso dos ativos e uma despesa de juros conforme a taxa de juros implícita nos passivos de arrendamento. Quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia será usada como uma alternativa.

O IFRS 16 é efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2019.

Transição para o IFRS 16

O arrendatário pode aplicar o IFRS 16 de maneira retrospectiva completa ou de maneira retrospectiva modificada. A Companhia aplicará o método de transição retrospectiva completa. Sob o método retrospectivo completo, a informação comparativa será reapresentada.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pelo pronunciamento técnico para contratos de arrendamento de curto prazo, que possuam 12 meses ou menos e para contratos dos quais o ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia possui contratos de certos equipamentos como computadores pessoais, impressoras e máquinas de fotocópia bem como equipamentos de comunicação que são considerados como de baixo valor.

Durante o ano de 2018, a Companhia realizou uma avaliação detalhada de impactos do IFRS 16 em suas demonstrações financeiras consolidadas. Destacamos que os impactos reais da adoção do pronunciamento em 1º de janeiro de 2019 podem sofrer alterações caso certas premissas sejam alteradas em discussões na adoção. Dada a complexidade do tema, pode ser que, até a adoção inicial dessa norma haja uma variação dos valores abaixo apurados e a Companhia estima que esta variação fique na ordem de até 20% do valor aqui divulgado.

Em resumo, os principais impactos esperados da adoção do IFRS 16 são:

Assunto	Impacto estimado
Reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para arrendamentos operacionais aeronáuticos no Balanço Patrimonial	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui 123 aeronaves, 13 motores e 3 simuladores de voo, classificados como arrendamentos operacionais que serão reconhecidos. O impacto estimado no balanço patrimonial de abertura a partir de 1º de janeiro de 2019 levaria ao reconhecimento de R\$3,8 bilhões de ativos de direito de uso e R\$7,7 bilhões de passivos de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados.
Outros contratos de arrendamento enquadrados no escopo do pronunciamento que também serão reconhecidos.	Baseado nas análises realizadas, além dos contratos de arrendamento das aeronaves, a Companhia identificou cerca de 72 outros contratos em escopo do pronunciamento que também serão capitalizados. Estes contratos se relacionam com arrendamento de concessão de áreas em aeroportos, prédios e galpões arrendados dedicadas à manutenção, lounges customizados em aeroportos, prédios administrativos e carros corporativos. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estima que irá reconhecer R\$70 milhões de ativos de direito de uso e R\$83 milhões de passivos de arrendamento, reconhecendo a diferença em lucros acumulados.
Reconhecimento de despesas de depreciação e juros em substituição das despesas de arrendamentos operacionais nas demonstrações de resultado	Em 2018, as despesas de arrendamento relacionadas a aeronaves sob arrendamento operacional totalizaram R\$1,5 bilhões.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capitalização de manutenção pesada e checks estruturais realizadas em aeronaves sob arrendamento operacional e depreciação de tais ativos em linha com as políticas contábeis aplicáveis às aeronaves próprias e aeronaves sob arrendamento financeiro.

Em 2018, as despesas relacionadas a manutenção pesada e checks estruturais realizadas em aeronaves sob arrendamento operacional totalizaram R\$239 milhões e foram reconhecidas na rubrica “Materiais de manutenção e reparos” na demonstração de resultado.

Os pagamentos de arrendamento de aeronaves da Companhia são predominantemente denominados em dólares norte-americanos. Embora o risco de fluxo de caixa em moeda estrangeira da Companhia para pagamentos de arrendamento permaneça inalterado, a adoção do IFRS 16 resultará em passivos de arrendamento reconhecidos em moeda estrangeira reconhecidos na reavaliação do balanço em resposta às flutuações da taxa de câmbio na taxa de câmbio.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Interpretação IFRIC 23 (ICPC 22) trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 (CPC 32) “Tributos sobre o lucro” quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal.

A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza.

A IFRIC 23 (ICPC 22) vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia estabeleceu processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil e não identificou impactos relevantes na aplicação da norma.

CPC 48 (IFRS 9): Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações não impactam as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a Companhia deve:

- Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento.
- Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações esclarecem ainda que a Companhia deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do *asset ceiling*. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A Companhia determina então o efeito do *asset ceiling* após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As alterações aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações ocorridas a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações aplicam-se apenas a alterações, restrições ou liquidações futuras do plano da Companhia.

Alterações no CPC 18 (R2): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As alterações esclarecem que a Companhia deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou *joint venture* para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou *joint venture* (investimento de longo prazo).

Este esclarecimento é relevante porque sugere que o modelo de perdas de crédito esperadas do CPC 48 seja aplicável a estes investimentos de longo prazo.

As alterações esclareceram ainda que, ao aplicar o CPC 48, a Companhia não deve considerar os prejuízos da coligada ou *joint venture*, ou as perdas por redução ao valor recuperável do investimento líquido, reconhecidos como ajustes ao investimento líquido na coligada ou *joint venture* que decorrem da aplicação do CPC 18 (R2).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a Companhia não possui investimentos de longo prazo em sua coligada e *joint venture*, as alterações não terão impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

CPC 15 (R1) - Combinações de negócios

As alterações esclarecem que, quando a Companhia obtém o controle de um negócio que seja uma operação conjunta, ela deve aplicar os requisitos para uma combinação de negócios em estágios, inclusive a reavaliação de participações anteriormente detidas nos ativos e passivos da operação conjunta ao valor justo. Ao fazê-lo, a adquirente reavalia toda a participação anteriormente detida na operação conjunta.

A Companhia deve aplicar estas alterações às combinações de negócios para as quais a data de aquisição ocorre a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Estas alterações aplicam-se às combinações de negócios futuras da Companhia.

CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto

Uma parte que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não serão reavaliadas.

A Companhia deve aplicar estas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada.

Atualmente, estas alterações não são aplicáveis a Companhia, mas podem ser aplicáveis a transações futuras.

CPC 32 - Tributos sobre o lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a Companhia reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a Companhia originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Na adoção inicial destas alterações, a Companhia deve aplicá-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos

As alterações esclarecem que a Companhia deve tratar como parte dos empréstimos gerais qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A Companhia deverá aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a Companhia as adotar pela primeira vez. A Companhia deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida sua aplicação antecipada. Como a prática atual da Companhia está alinhada a estas alterações, não se espera nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto

Até a data de publicação das demonstrações financeiras da Companhia, esta revisão ainda não havia sido concluída pelo CPC, havendo sua publicação somente para IFRS. As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle sobre uma controlada que é vendida ou contribuída para uma coligada ou joint venture. As alterações esclarecem que o ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua coligada ou joint venture, é reconhecido na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, é reconhecido somente na extensão das participações de investidores não relacionados na coligada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data efetiva destas alterações, mas a Companhia que adotá-las antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente. A Companhia aplicará estas alterações quando elas entrarem em vigor.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado, em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração emitiu os seguintes julgamentos, que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Classificação de arrendamento

Os arrendamentos operacionais ou financeiros foram classificados com base nos termos e condições dos contratos. Um arrendamento é reconhecido como financeiro quando os riscos e vantagens significativos da propriedade do ativo são transferidos, caso contrário, o contrato é contabilizado como um arrendamento operacional.

Estimativas e premissas

As premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas abaixo:

Breakage

É reconhecida antecipadamente a receita de passagens emitidas a qual espera que não ocorram a utilização com base em dados históricos e experiência nas operações. Estimar a quebra esperada requer que a administração faça julgamento, informando dentre outras coisas, na medida em que utiliza como base histórica. Frequentemente, os dados históricos são reavaliados e as respectivas melhorias feitas.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização que ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

É mensurado o custo de transações liquidadas com ações para executivos baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga ou em cada data de balanço, quando aplicável. A Companhia deve estimar a quantidade investida esperada, considerando o desempenho e não as condições de mercado. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos, e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 27.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É reconhecida provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 28).

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Programa TudoAzul – programa de vantagens

Conforme descrito no tópico 3.18, a Companhia contabiliza os pontos gerados pelo programa TudoAzul baseado no método da receita diferida. Por esse método, os pontos adquiridos são identificados como um componente das vendas em que foram gerados e uma receita diferida é reconhecida baseado no preço de venda individual relativo. A receita diferida, com exceção do breakage sobre os pontos, permanece reconhecida até o momento em que os clientes resgatam seus pontos, ou quando eles expiram. (Nota 19)

Provisão para devolução de aeronaves e motores

Para aeronaves sob arrendamento operacional, a Companhia está contratualmente obrigada a devolver o equipamento em um nível pré-definido de capacidade operacional.

A provisão para devolução de aeronave é estimada com base nos gastos incorridos na reconfiguração das aeronaves (interior e exterior), de licenças, certificações técnicas, pinturas, entre outros, de acordo com as cláusulas contratuais de retorno.

A provisão para devolução dos motores é estimada com base em avaliação e condições contratuais mínimas nas quais o equipamento deve ser devolvido ao arrendador, considerando não só os custos históricos incorridos, mas também as condições do equipamento no momento da avaliação.

Determinação da vida útil e dos componentes significativos do ativo imobilizado

Os componentes significativos das aeronaves que devem ser segregados são os motores suas respectivas manutenções pesadas programadas e checks estruturais. Esses componentes são depreciados de acordo com a vida útil, definida no plano de renovação da frota e no cronograma de manutenção.

5. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações, bem como financiar a aquisição de aeronaves. Os saldos de contas a receber de clientes e outras contas a receber, resultam diretamente de suas operações. A Companhia também mantém investimentos disponíveis para negociação e contrata transações com derivativos, tais como termo de moeda, opções e *swaps*.

A Administração da Companhia supervisiona o monitoramento de mercado, crédito e riscos de liquidez.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as atividades com instrumentos financeiros para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidade, experiência e supervisão adequada. É política da Companhia não operar transações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nos preços de mercado. O risco de mercado é composto por três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço, tais como o risco de preço de ações e preço de commodities.

Instrumentos financeiros expostos ao risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para negociação e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros.

A tabela abaixo mostra os efeitos de nossos hedges designados para hedge accounting em nossos empréstimos e financiamentos:

	31 de dezembro de 2018		
	Valor contábil	Valor justo – Instrumento de hedge	Consolidado pós estratégia de hedge
Em moeda estrangeira - US\$			
Compra de aeronave	100.042	-	100.042
Arrendamento financeiro (a)	949.891	9.422	959.313
Capital de giro (b)	1.656.947	(266.404)	1.390.543
Denominado em moeda nacional - R\$			
Compra de aeronave (FINAME)	192.861	-	192.861
Capital de giro	73.376	-	73.376
Arrendamento financeiro	2.386	-	2.386
Total em R\$	2.975.503	(256.982)	2.718.521
Passivo circulante	295.913	-	295.913
Passivo não circulante	2.679.590	(256.982)	2.422.608

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) O quadro a seguir demonstra o endividamento relacionado a arrendamento financeiro denominado em moeda estrangeira, designado como hedge accounting, considerando os efeitos dos instrumentos financeiros (trocando a exposição para moeda nacional) contratados pela Companhia:

						31 de dezembro de 2018		
Risco	Relação de Proteção	Item Protegido (hedged)	Instrumento de hedge	Principal - item protegido	Principal - instrumento de hedge	Valor Contábil - item protegido	Valor Justo - instrumento de hedge	Efeito líquido
Arrendamento financeiro								
Taxa de Juros	Hedge de fluxo de caixa	Taxa de juros pós fixada - US Libor6M	Swap de taxa de juros (Azul recebe US Libor6M e paga taxa fixa entre 6% e 6,5%)	US\$ 83,5 milhões	US\$ 83,5 milhões	128.779	9.422	138.201
Taxa de juros e cambial	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	821.112	-	821.112
Total						949.891	9.422	959.313

- b) O quadro a seguir demonstra o endividamento relacionado a capital de giro denominado em moeda estrangeira, designado como hedge accounting, considerando os efeitos dos instrumentos financeiros (trocando a exposição para moeda nacional) contratados pela Companhia:

						31 de dezembro de 2018		
Risco	Relação de Proteção	Item Protegido (hedged)	Instrumento de hedge	Principal - item protegido	Principal - instrumento de hedge	Valor Contábil - item protegido	Valor Justo - instrumento de hedge	Efeito líquido
1) Senior Notes Azul LLP								
Cambial	Hedge de fluxo de caixa	Principal de Senior Notes Azul LLP denominado em moeda estrangeira	Opção de moeda estrangeira com limite de baixa de 3,2865 e alta 4,7500	US\$ 400 milhões	US\$ 400 milhões	1.540.383	(246.323)	1.294.060
2) Captação no exterior								
Taxa de Juros e Cambial	Hedge de Valor Justo	Operação denominada em moeda estrangeira acrescido de Libor3M e spread	Swap de taxa de juros (recebe Libor3M + spread e paga 108% do CDI)	US\$30 milhões	98.940	116.564	(20.081)	96.483
Total						1.656.947	(266.404)	1.390.543

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.1) *Risco da taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado através de monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como sobre as suas operações de arrendamento mercantil operacional. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam minimizar eventuais impactos negativos de variações de taxas de juros.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no resultado antes da tributação, o qual é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis. Para análise de sensibilidade, foi adotado:

- LIBOR atrelado à dívida: média ponderada de 5,3% ao ano.
- CDI atrelado à dívida: média ponderada de 6,8% ao ano;

Estimamos o impacto do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 decorrente da variação de 25% e 50% sobre as taxas médias ponderadas, conforme demonstrado a seguir:

	25%	-25%	50%	-50%
Despesa de juros	48.359	(48.359)	96.717	(96.717)

a.2) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente aos empréstimos e financiamentos líquido de investimentos em dólares norte-americano.

A Companhia também está exposta a mudanças na taxa de câmbio do Euro através do seu investimento nos Bonds Conversíveis da TAP (Nota 22).

O risco cambial é administrado por meio de instrumentos financeiros que possuem cobertura em seu fluxo de caixa líquido, projetados para o período de doze meses.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia monitora constantemente a exposição líquida em moeda estrangeira e, quando for apropriado, realiza operações de hedge para proteger o fluxo de caixa não operacional, projetando para um período máximo de até 12 meses, para minimizar sua exposição. Adicionalmente, a Companhia pode celebrar instrumentos financeiros com prazo superior a 12 meses para proteger-se contra riscos cambiais e / ou de taxa de juros relacionados a “Empréstimos e financiamentos”.

A exposição cambial está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Exposição em dólares norte		Exposição em euro	
	americanos		31 de dezembro de	
	31 de dezembro de	31 de dezembro de	2018	2017
	2018	2017	2018	2017
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulantes	356.174	278.227	-	-
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	1.513.963	1.237.391	-	-
Aplicação financeira não circulante	-	-	1.287.780	835.957
Instrumentos financeiros	116.564	49.530	-	-
Outros ativos	122.456	314.609	-	-
Total ativo	2.109.157	1.879.757	1.287.780	835.957
Passivo				
Fornecedores	(334.407)	(255.646)	-	-
Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante	(2.706.880)	(2.609.704)	-	-
Outros passivos	(50.278)	(164.949)	-	-
Total passivo	(3.091.565)	(3.030.299)	-	-
Derivativos (NDF) – “Notional”	2.186.356	1.223.960	-	-
Exposição líquida	1.203.948	73.418	1.287.780	835.957

(*) Em 31 de dezembro de 2018, os empréstimos classificados como capital de giro denominados em dólares no montante de R\$1.655.947 foram hedgeados para reais, resultando em uma dívida total em reais no montante de R\$2.655.087.

Sensibilidade à taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia usou a taxa de câmbio de fechamento de R\$3,8748/US\$ e R\$4,4390/EUR. A seguir está demonstrada a análise de sensibilidade considerando a variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente:

Exposição em US\$	25%	-25%	50%	-50%
	R\$4,8435/US\$	R\$2,9061/US\$	R\$5,8122/US\$	R\$1,9374/US\$
Efeito na variação cambial	300.987	(300.987)	601.974	(601.974)
Exposição em EUR	25%	-25%	50%	-50%
	R\$5,5488/EUR	R\$2,3293/EUR	R\$6,6585/EUR	R\$2,2195/EUR
Efeito na variação cambial	321.945	(321.945)	643.890	(643.890)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.3) *Riscos relacionados a variações nos preços de combustível da aviação*

A volatilidade dos preços do combustível de aviação é um dos riscos financeiros mais significativos para as companhias aéreas. A gestão do risco do preço do combustível da Companhia tem o objetivo de equilibrar sua exposição no mercado, de modo que não seja nem excessivamente afetados por um aumento repentino nos preços nem incapaz de capitalizar uma queda substancial dos preços dos combustíveis.

A Companhia administra o risco relacionado com a volatilidade dos preços do combustível, através de contratos de preço fixo diretamente com a distribuidora, ou contratos de instrumentos financeiros negociados diretamente com os bancos. A Companhia pode usar contratos de instrumentos financeiros de combustível ou subprodutos.

Sensibilidade ao preço do combustível

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do hedge de combustível para uma possível mudança substancial no mercado, mantendo todas as outras variáveis constantes.

A análise considera uma mudança nos preços do combustível, em reais, em relação à média do mercado para o período e projeta o impacto sobre os instrumentos financeiros, resultante de uma variação de 25% e 50% no preço do combustível de aviação, sendo:

	25%	-25%	50%	-50%
Variação no preço do combustível em reais				
Impacto no hedge de combustível	41.709	(286.938)	208.229	(450.690)

a.4) *Riscos relacionados a mudanças no valor justo da TAP*

Uma vez que os Bonds TAP contêm uma opção de conversão, a Companhia está exposta a mudanças no valor justo da TAP.

A aquisição dos Bonds TAP faz parte da estratégia comercial da Companhia para criação de sinergias entre a Companhia e a TAP, e por ter a opção de se tornar um acionista direto da TAP caso o preço de mercado da TAP seja economicamente interessante para converter a dívida em capital.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo depósitos bancários.

O risco de crédito do “contas a receber” é composto por valores a vencer das maiores administradoras de cartões de crédito e vendas parceladas. É prática avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo A na avaliação feita pelas agências S&P e Fitch, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros, o que mitiga substancialmente o risco de crédito. Os Bonds Conversíveis da TAP são garantidos por certos ativos intangíveis.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deve ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Cronograma dos passivos financeiros detidos pela Companhia a seguir:

31 de dezembro de 2018	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	98.244	111.550	125.257	3.269.976	100.995	3.706.022
Fornecedores	724.469	388.584	53.238	-	-	1.166.291
Fornecedores – risco sacado	162.778					162.778
Passivos de transações com derivativos	16.920	93.348	70.707	260.019	-	440.994
Provisões	-	-	-	80.984	-	80.984
	1.002.411	593.482	249.202	3.610.979	100.995	5.557.069

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios. Por ser uma indústria de capital intensivo, com investimentos consideráveis em ativos de alto valor agregado, é natural que empresas do setor de aviação apresentem um grau de alavancagem elevado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que é definido como endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante e aplicações financeiras vinculadas circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Patrimônio líquido	3.163.700	2.833.610
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.169.136)	(762.319)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(517.423)	(1.036.148)
Aplicação financeira não circulantes (Nota 22)	(1.287.781)	(835.957)
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 8)	-	(8.808)
Empréstimos e financiamentos (*) (Nota 18)	3.706.022	3.489.887
Dívida líquida	731.682	846.655
Capital total	3.895.382	3.680.265

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e depósitos bancários	10.545	11.132	370.262	160.429
Equivalentes de caixa				
Certificado de depósito bancário – CDB	67	-	480.052	290.829
Fundos de investimentos	638	659	318.822	311.061
	11.250	11.791	1.169.136	762.319

O montante total reconhecido como caixa e depósitos bancários refere-se a contas correntes com as principais instituições financeiras brasileiras.

Os CDBs são indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) e são resgatáveis a qualquer momento.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fundos de investimento são compostos por CDBs e operações compromissadas, denominados em reais e junto a instituições financeiras.

Equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

7. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2018	2017	2018	2017
Outras aplicações financeiras circulantes	14	-	16.039	57.363
Fundo de investimento	13.844	9.636	501.384	978.785
	13.858	9.636	517.423	1.036.148

Os fundos de investimento são representados por títulos governamentais, notas bancárias, CDBs, denominados em reais e junto a instituições financeiras, e debentures emitidas por empresas com classificação de risco B e BB+, com taxas médias de juros acumuladas de 100% do CDI durante o exercício de 2018. Os títulos governamentais brasileiros compreendem Letras do Tesouro Nacional ("LTN"), Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN").

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

8. Aplicações financeiras vinculadas

Aplicações financeiras vinculadas referem-se a depósitos em garantia vinculados a carta de fiança requeridas como objetos de garantia a operações de leasing operacionais de aeronaves e são geridos dentro do modelo de negócio de receber os pagamentos contratuais ao longo da vida, que é classificado como custo amortizado. Estes depósitos foram aplicados em CDBs pós-fixados. Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração dessas aplicações varia entre 100% e 101% do CDI.

9. Contas a receber

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Contas a receber de clientes	1.039.373	894.996
Contas a receber de outros	42.406	26.357
	1.081.779	921.353
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.723)	(6.925)
	1.069.056	914.428

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	6.925	5.339
Adições	7.505	2.358
Reversões	(1.707)	(772)
Saldo no final do exercício	12.723	6.925

Os vencimentos do contas a receber são:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2016
Não vencidos	1.025.211	747.324
Vencidos até 90 dias	43.845	167.104
Vencidos acima de 91 dias	12.723	6.925
	1.081.779	921.353

As vendas realizadas através de cartão de crédito são recebíveis junto às administradoras em parcelas de até doze meses. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das parcelas a receber com prazo superior a 60 dias é de R\$691.839 (31 de dezembro de 2017 - R\$573.564). Em 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de recebimento era de 37 dias (31 de dezembro de 2017 – 36 dias).

A Companhia realiza antecipação de recebíveis das operadoras de cartões de crédito, a fim de obter recursos destinados ao capital de giro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia antecipou recebíveis de cartão de crédito com o valor bruto de R\$2.553.188 (31 de dezembro de 2017 - R\$3.153.785). Como esses recebíveis são de empresas de cartões de crédito e apresentam baixo risco, foram transferidos sem risco para a Companhia em caso de inadimplência dos clientes. Sendo assim, o contas a receber foi desreconhecido na íntegra e os descontos relacionados a custos de juros, no montante de R\$10.414, foram reconhecidos na demonstração do resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$35.351).

10. Estoques

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Peças e materiais de manutenção	206.729	151.441
Comissaria e uniformes	9.351	11.627
Provisão para perda nos estoques	(15.935)	(12.675)
	200.145	150.393

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Prêmios de seguros	33.385	24.337
Gastos com arrendamentos de aeronaves e motores	76.610	42.296
Comissão fiança	20.682	15.530
Outros gastos antecipados	54.834	32.093
	185.511	114.256
Não circulante	21.683	4.472
Circulante	163.829	109.784

As antecipações de arrendamento de aeronaves e motores estão sendo apropriadas ao resultado de forma linear durante o prazo do contrato.

12. Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As pessoas chave da Administração incluem os conselheiros, diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração e os encargos pagos ou a pagar por serviços estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Salários e encargos	16.275	17.377
Bônus a executivos	7.263	6.724
Plano de remuneração baseada em ações	21.508	24.775
	45.046	48.876

b) Garantias e avais concedidos pela controladora

A Companhia concedeu garantias em aluguel de imóveis para alguns de seus executivos e o total envolvido não é significativo.

c) Contrato de manutenção

A ALAB celebrou contratos de manutenção de aeronaves com a TAP Manutenção e Engenharia Brasil S/A ("TAP ME"). A TAP ME pertence ao mesmo grupo econômico da TAP.

O valor total dos serviços adquiridos pela Companhia nos termos do contrato de manutenção durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$83.831 (31 de dezembro de 2017 – R\$83.295).

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar para a TAP ME era de R\$5.663 e está registrado na rubrica Fornecedores.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Contrato de Codeshare

A Companhia firmou contratos de *codeshare* com a United (um acionista), com a TAP e com a Aigle Azur. O contrato de *codeshare* prevê o transporte de passageiros cujas passagens tenham sido emitidas por uma das companhias e o serviço for realizado pela outra.

e) Transações com a Aigle Azur

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou na rubrica “Despesas antecipadas”, o montante de R\$13.330 (31 de dezembro de 2017 - 0).

f) Contrato de mútuo

Em 02 de setembro de 2016, a Companhia assinou um contrato de mútuo com um acionista no montante de US\$2.8 milhões (31 de dezembro de 2018 - R\$12.042). Os juros correspondem a LIBOR mais taxa de 2,3% ao ano e será totalmente pago em 2019.

Em 24 de novembro de 2017, a Companhia assinou um contrato de mútuo com a HNA no montante de US\$22 milhões. Os juros correspondem a 1,0% ao mês do montante principal, com vencimento em 364 dias. O contrato prevê como garantia o penhor de 25.472.852 ações da Companhia detidas pela HNA. Em 26 de abril de 2018 a HNA efetuou o pagamento total do contrato.

g) Transações com a TAP

A Companhia celebrou transações com a TAP conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Subarrendamento de aeronaves (i)	(47.135)	(8.570)
Bonds TAP (ii)	403.459	202.921
	356.324	194.351

i. Subarrendamento de aeronaves

Em março de 2016, a Companhia subarrendou quinze aeronaves à sua parte relacionada TAP. Sete dos quinze contratos de arrendamento foram executados em um momento em que o preço do aluguel no mercado de aeronaves era menor do que quando os contratos de arrendamento originais foram executados. Embora a Companhia acredite que as taxas desses sete contratos representassem taxas de mercado aproximadas no momento da sua execução, a Companhia receberá da TAP um valor inferior ao valor que a Companhia deve pagar nos arrendamentos correspondentes.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Essa diferença, considerando o prazo total dos contratos de subarrendamento descontado a seu valor presente, totaliza em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$72.435 (31 de dezembro de 2017 – R\$68.949), e foi registrada como provisão para as obrigações de contrato oneroso, conforme requerido pela IAS 37 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" representando o montante remanescente dos futuros custos inevitáveis desses arrendamentos.

A perda reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado, em função da atualização de premissas do valor justo.

Em julho de 2017, a Companhia subarrendou duas aeronaves adicionais para a TAP. Essas aeronaves são de propriedade da Companhia e as taxas nessas locações representavam taxas de mercado no momento da sua execução. Além disso, duas das quinze aeronaves inicialmente subarrendadas foram devolvidas pela TAP, resultando em um total de quinze aeronaves subarrendadas à TAP em 31 de dezembro de 2018.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu da TAP o montante de R\$112.046 (31 de dezembro de 2017 – R\$113.391) e pagou aos arrendadores o montante de R\$129.958 (31 de dezembro de 2017 – R\$138.042), referente aos quinze subarrendamentos.

ii. Bonds TAP

Em 14 de março de 2016, a Companhia adquiriu dívidas conversíveis de série A emitidas pela TAP ("Bonds TAP") no montante de €90 milhões. Os Bonds TAP são conversíveis, no total ou em parte e a opção de conversão em novas ações da TAP possui direito a benefícios econômicos preferenciais ("Ações TAP"). Após a conversão total, as Ações TAP representarão 6,0% do capital total e votante da TAP, com o direito de receber dividendos ou outras distribuições correspondentes a 41,25% dos lucros distribuíveis da TAP.

A opção pode ser exercida a partir de julho de 2016. Os Bonds TAP têm vencimento de 10 anos a partir de sua emissão, com juros anuais de 3,75% até 20 de setembro de 2016 e à taxa de 7,5% nos anos seguintes. Os juros provisionados serão pagos na data de vencimento ou até o resgate antecipado dos títulos, o que ocorrer primeiro.

A TAP tem o direito de resgatar antecipadamente os Bonds TAP se ainda não tiverem sido convertidos e (i) antes da ocorrência de um IPO ou (ii) em até 4 anos da emissão dos Bonds TAP, desde que a TAP esteja em conformidade com certos covenants financeiros. Os Bonds TAP serão resgatados pelo valor do principal, juntamente com os juros acumulados não pagos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os Bonds TAP, bem como a opção de convertê-los em ações TAP, foram classificados como um único ativo financeiro registrado pelo valor justo por meio do resultado sob a rubrica "Resultado de transações com partes relacionadas, líquido", classificado no balanço patrimonial em "Aplicação financeira não circulante".

h) Garantias

Em 15 de setembro de 2017, a ALAB assinou um Instrumento de Garantia e Indenização, garantindo as obrigações e passivos relacionados aos contratos de arrendamento operacional de três aeronaves A350-900XW firmados pelas companhias aéreas Hong Kong Airlines e Beijing Capital Airlines, ambas pertencentes ao mesmo grupo econômico da HNA, ex-acionista da Companhia, com a Wilmington Trust SP Services (Dublin) Limited.

Conforme explicado na nota 1, em 29 de junho de 2018, com a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 58.138.005 ações preferenciais da Companhia, a HNA vendeu a sua participação e, portanto, deixou de ser uma parte relacionada da Companhia.

13. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Depósitos em garantia	225.230	180.992
Reserva de manutenção	1.321.490	1.078.135
	1.546.720	1.259.127

Os depósitos em garantia e reservas de manutenção são denominados em dólares norte-americanos e atualizados de acordo com flutuações cambiais. Os depósitos em garantia referem-se a contratos de leasing de aeronaves e são reembolsáveis para a Companhia na devolução das aeronaves ao final do contrato de leasing. As reservas de manutenção são pagas para alguns contratos de leasing como garantia para a execução de determinados eventos de manutenção. Tais reservas são reembolsáveis na execução dos eventos de manutenção, respeitadas determinadas condições.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia entende que os depósitos referentes às reservas de manutenção registrados são recuperáveis pois são menores ou iguais ao custo estimado do evento de manutenção relacionado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu a baixa de R\$31.132 (31 de dezembro de 2017 - R\$9.638) na rubrica "Materiais de manutenção e reparo" na demonstração de resultados consolidados, referente aos depósitos que provavelmente não serão reembolsados dado que o último evento de manutenção antes do retorno da aeronave já foi realizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia substituiu depósitos em garantia e reserva de manutenção por garantias bancárias e foi reembolsada nos montantes de R\$18.125 e R\$106.875, respectivamente (31 de dezembro de 2017 - R\$25.333 e R\$32.624, respectivamente).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentações do saldo da reserva de manutenção e depósito em garantia a seguir:

	Consolidado		Total
	Reserva de manutenção	Depósito em garantia	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	858.233	219.772	1.078.005
Adições	291.429	25.815	317.244
Recebimentos de subarrendamento (*)	-	3.275	3.275
Baixas	(9.638)	-	(9.638)
Reembolsos	(81.013)	(69.441)	(150.454)
Variações cambiais	19.124	1.571	20.695
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.078.135	180.992	1.259.127
Adições	317.698	39.593	357.291
Baixas	(31.132)	(968)	(32.100)
Reembolsos	(236.987)	(23.175)	(260.162)
Variações cambiais	193.776	28.788	222.564
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.321.490	225.230	1.546.720

(*) Refere-se ao valor recebido da TAP relacionado aos depósitos em garantia do subarrendamento de aeronaves.

14. Investimentos

a) Informações sobre investimentos, controladora

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
	Ordinárias	No capital social Integralizado (%)	No capital votante (%)		
Em 31 de dezembro de 2017					
ALAB	260.809.600	100	100	1.304.401	268.018
Canela	N/A	N/A	N/A	-	79.602
TudoAzul	80.542.264	100	100	(22.124)	27.139
Em 31 de dezembro de 2018					
ALAB	260.809.600	100	100	1.354.562	180.936
TudoAzul	80.542.264	100	100	(14.443)	7.681

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos investimentos, controladora

	ALAB	Canela	TudoAzul (antiga TRIP) (**)	Total dos investimentos (***)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(282.767)	(31.227)	787.099	473.105
Resultado de equivalência patrimonial	268.018	79.602	27.139	374.759
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	-	(6.046)	(6.046)
Lucro não realizado	5.849	6.466	-	12.315
Aumento de capital	1.192.321	-	-	1.192.321
Oferta privada – investimento	15.405	-	-	15.405
Cessão de ativos	55.108	(55.108)	-	-
Reserva com base em ações da controlada	28.141	-	-	28.141
Hedge de fluxo de caixa	22.326	267	-	22.593
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.304.401	-	808.192	2.112.593
Resultado de equivalência patrimonial	180.936	-	7.681	188.617
Resultado de equivalência patrimonial - ajustado (*)	-	-	(23.530)	(23.530)
Lucro não realizado	(5.849)	-	-	(5.849)
Impacto da adoção de novas normas	(41.735)	-	-	(41.735)
Reserva com base em ações da controlada	19.357	-	-	19.357
Capitalização de reserva de capital	3.584	-	-	3.584
Hedge de fluxo de caixa	(106.132)	-	-	(106.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.354.562	-	792.343	2.146.905

(*) Refere-se à amortização do valor justo decorrente da aquisição da TudoAzul (antiga TRIP), bem como valores reembolsáveis pelos antigos acionistas, referente a eventos anteriores à aquisição.

(**) Inclui o ágio por expectativa de rentabilidade futura originado da aquisição do TudoAzul (antiga TRIP) em 2012, no montante de R\$753.502, o qual representa a contraprestação transferida, menos o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos.

(***) Saldo líquido da perda com investimento nas controladas.

15. Imobilizado

O imobilizado é composto, principalmente, por “aeronaves e motores” e equipamentos de aeronaves. O saldo registrado na linha “aeronaves e motores” referem-se a aeronaves próprias, a capitalização da manutenção pesada e checks estruturais relacionados as aeronaves próprias.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$100.859 (31 de dezembro de 2017 – R\$325.121) do saldo das aquisições de imobilizado refere-se a itens não monetários, ou seja, sem impacto nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou transação de “*sale and leaseback*” de um motor próprio. A perda relacionada à operação de “*sale and leaseback*” no montante de R\$6.730 (31 de dezembro de 2017 – R\$4.183) cuja reaquisição resultou em arrendamento financeiro, foi reconhecido na rubrica “Outros passivos” e será amortizado no resultado ao longo do contrato de arrendamento, pelo prazo médio de 120 meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a venda de sete aeronaves próprias. A perda relacionada à venda no montante de R\$144.251 foi reconhecida na rubrica “Outras despesas operacionais, liquidas”.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou transações de “*sale and leaseback*” de algumas aeronaves e motores próprios. O ganho, líquido dos custos de venda, relacionado à operação de “*sale and leaseback*” das aeronaves de R\$75.410 foi reconhecido na rubrica “Outras despesas operacionais, liquidas”.

a) Composição:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações e benfeitorias	146.315	(53.030)	93.285	71.591
Equipamentos e instalações	130.655	(81.412)	49.243	45.722
Veículos	3.238	(1.031)	2.207	297
Móveis e utensílios	18.797	(13.768)	5.029	8.473
Equipamentos de aeronaves	1.378.352	(338.879)	1.039.473	647.963
Aeronaves e motores	2.382.837	(476.801)	1.906.036	2.356.880
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	112.923	-	112.923	148.903
Imobilizado em andamento	81.023	-	81.023	45.706
	4.254.140	(964.921)	3.289.219	3.325.535

b) As movimentações no custo e na depreciação acumulada são:

	Consolidado				
	Custo				
	31 de dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2018
Edificações e benfeitorias	117.903	32.429	-	(4.017)	146.315
Equipamentos e instalações	112.800	18.677	(834)	12	130.655
Veículos	1.085	2.153	-	-	3.238
Móveis e utensílios	17.190	1.613	(9)	3	18.797
Equipamentos de aeronaves	908.659	397.772	(48.922)	120.843	1.378.352
Aeronaves e motores	2.770.171	182.246	(606.016)	36.436	2.382.837
Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves	148.903	27.199	(63.179)	-	112.923
Imobilizado em andamento	45.706	193.407	(4.813)	(153.277)	81.023
	4.122.417	855.496	(723.773)	-	4.254.140

	Consolidado				
	Depreciação acumulada				
	31 de dezembro de 2017	Depreciações	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2018
Edificações e benfeitorias	(46.312)	(6.718)	-	-	(53.030)
Equipamentos e instalações	(67.078)	(14.781)	447	-	(81.412)
Veículos	(788)	(243)	-	-	(1.031)
Móveis e utensílios	(8.717)	(5.056)	5	-	(13.768)
Equipamentos de aeronaves	(260.696)	(88.331)	10.148	-	(338.879)
Aeronaves e motores	(413.291)	(165.142)	101.632	-	(476.801)
	(796.882)	(280.271)	112.232	-	(964.921)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as aeronaves próprias, a Companhia adota o método de custo diferido, que consiste na capitalização em ativo imobilizado, o custo com as manutenções pesadas e checks estruturais. Por esse método, o custo dos eventos de manutenção pesada e check estruturais são capitalizados e amortizados através da despesa de amortização até o próximo evento. A manutenção pesada e checks estruturais de aeronaves mantidas sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no momento do evento, e registrada na rubrica "Materiais de manutenção e reparo".

A estimativa do evento de manutenção pesada e checks estruturais subsequentes de cada aeronave é feita com base no prazo médio de remoção dos motores segundo especificações dos fabricantes dos motores e no desempenho histórico da frota da Companhia, que poderão ser alterados de acordo com a utilização de cada motor ou alterações nos intervalos especificadas pelos fabricantes. Adicionalmente, a estimativa poderá ser afetada por eventos não programados que podem danificar os componentes da aeronave e exigem um evento de manutenção pesada e checks estruturais antes da manutenção programada.

A amortização dos custos de manutenção pesada e checks estruturais, contabilizada de acordo com o método de custo diferido e as despesas efetivamente incorridas, representando o total de despesas com manutenção e reparo, são como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Amortização dos custos com manutenção	(24.783)	(63.236)
Materiais de manutenção e reparo (Nota 24)	(504.477)	(568.144)
	(529.260)	(631.380)

A Companhia revisou os indicadores de impairment em 31 de dezembro de 2018 e nenhum indicador foi identificado, sendo assim não foram reconhecidos quaisquer prejuízos no imobilizado como resultado dessa análise de impairment.

16. Intangível

a) Composição

	Consolidado			
	31 de dezembro de			
	2018		2017	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i)	753.502	-	753.502	753.502
Licença de operação em aeroportos (ii)	82.196	-	82.196	82.196
Software	357.457	(176.599)	180.858	125.302
	1.193.155	(176.599)	1.016.556	961.000

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Valor contábil	835.698	835.698
Valor contábil – UGC	4.305.775	4.286.535
Valor em uso	13.735.495	7.323.718
Taxa de desconto antes dos impostos	10,6%	11,5%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,8%	3,0%

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável do ágio e outros ativos intangíveis são consistentes com os planos operacionais e as projeções internas da Companhia, elaboradas para um período de cinco anos. Após este período, presume-se uma taxa de perpetuidade de crescimento das projeções operacionais. As premissas e projeções são revisadas e aprovadas pela administração. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da UGC foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 13 de dezembro de 2018.

As seguintes premissas foram consideradas:

- Frota e capacidade: plano de frota operacional, utilização e capacidade das aeronaves em cada trecho;
- Receita de Passageiros: receita histórica por assento quilômetro voado com crescimento alinhado ao plano de negócios da Companhia;
- Custos Operacionais: indicadores de performance específicos por linha de custo, alinhados ao plano de negócios da Companhia, assim como variáveis macroeconômicas (vide variáveis citadas abaixo);
- Necessidades de investimento: alinhadas ao plano de negócios da Companhia.

A Companhia também considerou variáveis de mercado, como o PIB – Produto Interno Bruto (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: *Bloomberg*) e taxas de juros (fonte: *Bloomberg*).

O resultado do teste de *impairment*, o qual incluiu uma análise de sensibilidade das principais variáveis, demonstrou que o valor recuperável estimado é maior que o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa e, portanto, não foi identificado nenhum ajuste do valor recuperável em 31 de dezembro de 2018.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	602.105	597.844
Taxas de tributos aplicáveis aos lucros	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	(204.716)	(203.267)
Efeitos fiscais		
Resultado das subsidiárias integrais	(21.867)	(13.496)
Variação cambial sobre investimento no exterior	24.917	27.064
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(40.499)	39.872
Reversão da provisão fiscal (*)	-	3.573
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social utilizados no PRT (**)	-	83.143
Diferenças permanentes	65.971	(8.006)
Outros	(5.634)	2.312
	(181.828)	(68.805)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.224)	2.875
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(170.604)	(71.680)
	(181.828)	(68.805)

(*) Reversão da provisão para imposto de renda considerando o prazo de prescrição de cinco anos

(**) Programa de Regularização Tributária ("PRT").

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27.524	17.746
Receita diferida Programa TudoAzul	(132.740)	(109.698)
Leasing de aeronaves	(167.972)	(233.057)
Depreciação de aeronaves e motores	(33.973)	(55.258)
Variação cambial	(13.397)	(11.338)
Ganho diferido referente a venda de aeronaves	34.241	49.270
Hedge de fluxo de caixa (*)	52.349	4.994
Valor justo dos Bonds TAP	(274.520)	(147.418)
Provisão para contrato oneroso	24.628	23.442
Instrumentos financeiros	(73.735)	(688)
Valor justo de aeronaves	(397)	(428)
Valor justo da licença de operação em aeroportos	(27.947)	(27.947)
Combinação de negócios	(2.707)	(4.276)
Outros	61.993	41.633
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo), líquido	(526.653)	(453.023)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre prejuízos fiscais	82.759	126.112
Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo), líquido	(443.894)	(326.911)

(*) Imposto de renda e contribuição social diferidos registrados em "outros resultados abrangentes"

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia compensa ativos e passivos tributários se, e somente se, tiver um direito legal de compensar ativos e passivos tributários correntes e ativos e passivos tributários diferidos relacionados com tributos sobre a renda arrecadados pela mesma autoridade fiscal.

A Companhia possui prejuízos fiscais que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros, como segue:

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social – líquido	1.829.244	1.940.059
Prejuízos fiscais de imposto de renda (25%)	457.311	485.015
Bases negativas de contribuição social (9%)	164.632	174.605

Os ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não foram reconhecidos em decorrência de não haver evidência de recuperação no futuro próximo, exceto para R\$82.759, relacionados ao limite previsto pela lei tributária de 30% do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, reconhecido em 31 de dezembro de 2018 (R\$126.112 em 31 de dezembro de 2017).

18. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Empréstimos	2.975.503	3.287.427
Debêntures	730.519	202.460
	3.706.022	3.489.887
Não circulante	3.370.971	2.921.653
Circulante	335.051	568.234

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1. Empréstimos

						Consolidado pós estratégia de hedge (*)
			Vencimento final	Consolidado		31 de dezembro de 2018
		Garantias	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018
Em moeda estrangeira - US\$						
Compra de aeronave	Alienação fiduciária	LIBOR + "spread" entre 2,55% e 4,00% a.a.	05/2023	100.042	124.361	-
Arrendamento financeiro (*)	Alienação fiduciária	LIBOR + "spread" entre 2,05% e 5.96% a.a e fixa de 5,0%a.a..	06/2028	949.891	1.108.265	9.422
Capital de giro (a) (*)	Garantia de recebíveis da Azul	LIBOR + taxa fixa de 0,88%a.a. e taxa fixa de 5.90% a.a.	10/2024	1.656.947	1.377.078	(266.404)
Denominado em moeda nacional - R\$						
Compra de aeronave (FINAME) (**)	Investimentos e alienação fiduciária de aeronave	Taxa fixa entre 6,00% e 6,50 a.a.e SELIC +5.46%a.a.	05/2025	192.861	258.432	-
Capital de giro	Garantia de recebíveis da Azul	Taxa fixa de 5,0% a.a.e de 125% a 126% do CDI	07/2021	73.376	412.056	-
Arrendamento financeiro	Alienação fiduciária	CDI + "spread" entre 3,97% a.a e ,4,91% a.a.	04/2019	2.386	7.235	-
Total em R\$				2.975.503	3.287.427	(256.982)
Passivo circulante				295.914	405.643	-
Passivo não circulante				2.679.589	2.881.784	(256.982)

(*) O efeito dos hedges designados para hedge accounting, estão detalhados na Nota 22. A posição de endividamento considerando os efeitos do hedge está detalhada na Nota 5

(**) FINAME são linhas de crédito especial do BNDES (Banco de desenvolvimento brasileiro)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Senior notes

Em outubro de 2017, a Companhia precificou uma oferta no valor de US\$400 milhões de Senior Notes, sem garantias, com vencimento em 26 de outubro de 2024 e com taxa de juros de 5,875% por ano. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 26 de abril e 26 de outubro de cada ano, a partir de 26 de abril de 2018.

Em 14 de dezembro de 2017, o montante total referente às Senior Notes foi trocado de Dólares para Reais por meio de instrumentos financeiros Swap e Opções de câmbio para proteger despesas de juros e Opções de câmbio para proteger o montante principal.

Como resultado da implementação dessa estrutura de hedge, em 01 de abril de 2018, a Senior Notes está protegida contra flutuações cambiais, até uma taxa de câmbio de R\$4,7500 por US\$1,00, acima deste patamar estará exposta apenas a diferença entre a taxa de câmbio efetiva R\$4,7500. Além disso, a Companhia se beneficiará de qualquer vantagem em relação à desvalorização do real caso a taxa de câmbio seja inferior a R\$3,2865 por US\$1,00. As opções foram financiadas, gerando um custo total de hedge de 99,3% do CDI.

O resultado do hedge registrado na rubrica “Instrumentos financeiros” ativo e passivo e a posição da dívida consolidada incluindo o efeito do hedge é detalhado na nota 5.

Os detalhes dessa transação são os seguintes

Estrutura da opção	Pagamento de juros		Pagamento do principal
	Abril/2018 até Abril/2019	Outubro/2019 até Outubro/2024	Outubro/2024
<i>Notional</i>	US\$12 milhões	US\$12 milhões	US\$400 milhões
Opção de venda (compra)	-	3,2865	N/A
Opção de compra (compra)	N/A	N/A	3,2865
Opção de compra (venda)	-	4,7500	4,7500

	Senior notes	Swap
Moeda	US\$	R\$
Montante	US\$400 milhões	R\$1.314.600
Taxas	Fixa	Pós fixada
Taxas de juros	5,875%	99,3% do CDI

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Os montantes não circulantes têm o seguinte vencimento:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
2019	-	292.683
2020	362.318	434.707
2021	233.518	367.149
2022	215.098	195.236
2023	146.557	127.788
Após 2023	1.722.098	1.464.221
	2.679.589	2.881.784

c) Em garantia dos empréstimos, foram oferecidos os seguintes ativos

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Imobilizado (valor líquido) em garantia (Nota 14)	1.906.036	2.356.880

18.2. Debêntures

				Consolidado	
				31 de dezembro de	
				2018	2017
	Garantias	Juros	Vencimento		
Oitava emissão	Recebíveis de cartão de crédito	CDI + 1.50% p.a.	01/2019	40.758	202.460
Nona emissão	Recebíveis de cartão de crédito	122% do CDI	12/2021	493.990	-
Décima emissão	Recebíveis de cartão de crédito	117% do CDI	12/2023	195.771	-
Total				730.519	202.460
Circulante				39.137	162.591
Não Circulante				691.382	39.869

Os montantes classificados como não circulantes apresentam os seguintes vencimentos.

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
2019	-	39.869
2020	296.338	-
2021	296.777	-
2022	49.131	-
2023	49.136	-
	691.382	39.869

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Arrendamentos financeiros

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos financeiros e o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
2018	-	219.920
2019	185.381	206.091
2020	177.397	212.614
2021	180.204	159.015
2022	171.756	151.144
2023	113.673	92.289
Posterior a 2023	159.854	116.749
Pagamento mínimo de arrendamento	988.265	1.157.822
Encargos financeiros	(35.988)	(42.322)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	952.277	1.115.500
Circulante	178.583	211.852
Não circulante	773.694	903.648

Os arrendamentos de aeronaves, os quais a Companhia possui substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Os ativos referentes aos arrendamentos financeiros são capitalizados pelo valor presente dos pagamentos mínimos.

Alguns arrendamentos financeiros foram designados como objeto de hedge de fluxo de caixa. A Companhia usou swaps de taxa de juros para converter a taxa pós fixada Libor em uma exposição de taxa fixa, protegendo as volatilidades do fluxo de caixa futuro. Os swaps de taxa de juros têm o mesmo vencimento e termos comuns que os arrendamentos financeiros que eles estão protegendo (nota 22).

18.4 Cláusulas restritivas “covenants”

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos no valor total de R\$822.578 sujeitos a cláusulas e restrições contratuais relacionadas ao nível de endividamento da Companhia e à cobertura dos pagamentos de dívidas. Todas as cláusulas restritivas são mensuradas anualmente.

Cláusula restritiva relativa a:	Indicadores para a mensuração
8ª emissão de debêntures	(i) índice de cobertura do serviço da dívida ajustado (ICSD) igual ou superior a 1.2 (ii) alavancagem financeira menor ou igual a 5.5.
9ª emissão de debêntures	
10ª emissão de notas promissórias	
Financiamento de aeronaves	

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontrava-se em conformidade com as cláusulas contratuais restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Transportes a executar

O saldo de transportes a executar é composto pelo seguinte:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Transportes a executar	1.099.978	886.987
Programa TudoAzul	572.474	400.447
	1.672.452	1.287.434

20. Patrimônio líquido

a) Emissão de ações, todas nominativas e sem valor nominal, e capital autorizado

	Capital social - R\$	Ações Ordinárias	Ações preferenciais
Em 31 de dezembro de 2018	2.209.415	928.965.058	326.631.190
Em 31 de dezembro de 2017	2.163.377	928.965.058	321.753.720

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto aos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais de qualquer classe não conferem direito a voto. As ações preferenciais possuem: i) prioridade de reembolso de capital, ii) o direito de serem incluídas em oferta pública de compra de ações, devido à transferência do controle da Companhia, nas mesmas condições e por um preço por ação equivalente a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação pago ao acionista controlador, iii) o direito de receber valores equivalentes a setenta e cinco (75) vezes o preço por ação ordinária após a divisão dos ativos remanescentes entre os acionistas; e iv) o direito de recebimento de dividendos iguais a setenta e cinco (75) vezes o valor pago a cada ação ordinária.

Emissão de ações e aumento de capital

i. IPO

Em 10 de abril de 2017, a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$1.323.000 com a emissão de 63.000.000 ações preferenciais.

Em 19 de abril de 2017, a Companhia concluiu sua oferta global de 96.239.837 ações preferenciais, das quais 63.000.000 eram oferecidas pela Companhia e 33.239.837 ações preferenciais oferecidas pelos acionistas vendedores. O preço inicial de oferta foi de R\$21,00 por ação preferencial e US\$20,06 por ADS (cada ADS corresponde a 3 ações preferenciais).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Exercício de opções de compra de ações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia emitiu 4.877.470e 4.182.454 ações preferenciais relacionadas ao exercício de opções de compra de ações, no montante de R\$46.038 e R\$13.276, respectivamente.

b) Custo com emissão de ações

Conforme determinado no Pronunciamento CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a Companhia registrou em conta redutora do capital social os valores pagos relacionados a abertura do capital, líquido dos efeitos tributários.

Os valores registrados foram os seguintes:

	31 de dezembro de 2017
Custos com emissão de ações	68.596
Créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social	(23.320)
Custos com emissão de ações, líquido	45.276

Em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos custos no montante de R\$26.007, referentes a uma obrigação com a HNA relacionada ao aporte de capital em 2016.

c) Reserva de capital

- i. A reserva de pagamento baseado em ações é usada para reconhecer o valor destes benefícios concedidos a empregados, incluindo a alta Administração da Companhia, como parte de sua remuneração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada uma despesa com pagamento baseada em ações no valor de R\$22.930 (31 de dezembro de 2017 – R\$29.889).
- ii. Em 10 de abril de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$646.479, líquido da perda de variação cambial no montante de R\$15.021, na rubrica “Reservas de capital” referente ao valor remanescente das ações emitidas para o IPO.
- iii. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$10.186, na rubrica “Reservas de capital” referente ao valor remanescente das ações emitidas para o exercício da opção de compra de ações.
- iv. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou o montante de R\$3.967, referente a emissão de 537.806 ações ao pessoal-chave da administração, devido ao exercício das opções de ações a serem pagas.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 0,1% do lucro líquido do exercício da Companhia, após as deduções da reserva legal, das reservas de contingências e do ajuste previsto na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Se a Companhia possuir prejuízos acumulados, não haverá distribuição de dividendos.

Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto de renda, pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. Os juros pagos sobre o capital próprio são tratados como pagamento de dividendos para fins contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não distribuiu dividendos.

e) Outros resultados abrangentes

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”, líquidos dos efeitos tributários. Foi reconhecida uma perda no montante de R\$117.324 e R\$11.192 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 (líquido de efeito tributário de R\$36.645 e R\$3.495) respectivamente.

f) Ações em tesouraria

	Quantidade de ações	R\$
31 de dezembro de 2017	103.000	2.745
Aquisição	447.000	12.179
Cancelamento	(217.020)	(4.374)
	332.980	10.550
31 de dezembro de 2018		

21. Lucro por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O lucro ou prejuízo diluído por ação ordinária é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações preferenciais, em circulação durante o período, em ações ordinárias, acrescido da quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias.

O lucro ou prejuízo básico por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o período, em ações preferenciais.

O lucro ou prejuízo diluído por ação preferencial é calculado dividindo o lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas da Azul, pela quantidade média ponderada de ações preferenciais em circulação durante o período, incluindo a conversão da quantidade média ponderada de ações ordinárias, em circulação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, em ações preferenciais, acrescido da quantidade média ponderada de ações preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações preferenciais potenciais diluidoras em ações preferenciais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro líquido por ação ordinária e preferencial em milhares, exceto valores por ação:

	Controladora e Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido	420.277	529.039
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	928.965.058	928.965.058
Média ponderada do número de ações preferenciais	325.310.485	303.200.642
75 ações preferenciais (*)	75.0	75.0
Média ponderada do número de ações preferenciais equivalentes (*)	337.696.686	315.586.842
Média ponderada do número de ações ordinárias equivalentes (**)	25.327.251.414	23.669.013.177
Média ponderada do número de opção de compra de ações e ações restritas	11.530.390	15.446.459
Média ponderada do número de ações que teriam sido emitidas ao preço médio de mercado	6.400.619	9.253.991
Lucro básico por ação ordinária	0,02	0,02
Lucro diluído por ação ordinária	0,02	0,02
Lucro básico por ação preferencial	1,24	1,68
Lucro diluído por ação preferencial	1,23	1,64

(*) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se todas as 928.965.058 ações ordinárias tivessem sido convertidas em 12.386.200 ações preferenciais na relação de conversão de 75 ações ordinárias para cada uma ação preferencial.

(**) Refere-se à participação no valor do patrimônio líquido total da Companhia, calculado como se a média ponderada das ações preferenciais tivessem sido convertidas em ações ordinárias na relação de conversão é de 75 ações ordinárias para cada 1 ação preferencial.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

A Companhia detém os seguintes instrumentos financeiros:

	Nível	Consolidado		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Valor justo 31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo					
Aplicações financeiras (Nota 7)	2	517.423	1.036.148	517.423	1.036.148
Aplicação financeira não circulante (Nota 22)	3	1.287.781	835.957	1.287.781	835.957
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 8) (*)	2	-	8.808	-	8.808
Instrumentos financeiros (Nota 22)	2	595.380	420.822	595.380	420.822
Passivo					
Empréstimos e financiamentos (Nota 18) (*)	2	3.706.022	3.489.887	3.692.250	3.461.008
Instrumentos financeiros (Nota 22) (*)	2/3	440.994	426.937	440.994	426.937

(*) Circulante e não circulante.

O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas circulantes e não circulantes, contas a receber e fornecedores se aproximam de seus respectivos valores contábeis em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Instrumentos financeiros

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Hedge de fluxo de caixa</u>				
Contrato de swap de taxa de juros	-	(9.422)	-	(14.755)
Opções de moeda estrangeira	246.323	-	-	-
<u>Hedge de valor justo</u>				
Contrato de swap de taxa de juros	21.813	(1.732)	4.747	(24)
<u>Derivativos não designados como hedge</u>				
Swap de taxa de juros	93.606	(260.593)	4.239	(385.185)
Contrato de termo de moeda estrangeira	233.638	(74)	219.930	-
Contrato de termo de combustível	-	(123.224)	4.469	-
Opções de moeda estrangeira	-	(45.949)	187.437	(26.973)
	595.380	(440.994)	420.822	(426.937)

O cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros está descrito a seguir:

31 de dezembro de 2018	Imediato	Até 6 meses	7 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos de transações com derivativos	212	3.735	2.707	588.652	74	595.380
Passivos de transações com derivativos	(16.920)	(93.348)	(70.707)	(260.019)	-	(440.994)
Total de instrumentos financeiros	(16.708)	(89.613)	(68.000)	328.633	74	154.386

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hedge de fluxo de caixa

Definição	Origem do Risco	Riscos designados para hedge	Instrumento de hedge	Reconhecimento
Hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado da Companhia.	Arrendamento financeiro de aeronaves com taxa de juros pós-fixadas	Taxa de Juros (Libor USD)	Swap de Fluxo de Caixa - trocando taxa de juros pós-fixada para pré-fixada.	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Custo amortizado - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo (MtM) em contrapartida resultado (accrual) e outros resultados abrangentes (MtM).
	Instrumento de dívida (Senior Notes) denominado em moeda estrangeira (somente amortização)	Variação Cambial de dólar	Opções de moeda estrangeira	<ul style="list-style-type: none"> Item protegido: Custo amortizado - Passivo em contrapartida resultado. Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo (MtM) em contrapartida resultado (valor intrínseco opção - variação cambial) compensando o efeito da variação cambial da dívida e outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido (Valor no tempo).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía contratos de *swap* designados como *hedge* de fluxo de caixa para se proteger do efeito das flutuações das taxas de juros de parte dos pagamentos de arrendamentos financeiros e contratos de opções de moeda estrangeira para proteção do principal de Senior Notes em moeda estrangeira, pelos próximos 12 meses.

As posições, consolidadas, são como segue:

31 de dezembro de 2018	Valor do <i>notional</i>	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de:				
Swap de taxa de juros	57.805	LIBOR US\$	Taxa fixa	(9.422)
Opções de moeda estrangeira	1.314.600	US\$	R\$	246.323
	<u>1.372.405</u>			<u>236.901</u>
31 de dezembro de 2017	Valor do <i>notional</i>	Posição ativa/passiva item protegido	Posição passiva	Valor justo
Hedge do fluxo de caixa de:				
Empréstimos e financiamentos	87.395	LIBOR	Taxa fixa	(14.755)
	<u>87.395</u>			<u>(14.755)</u>

Os termos essenciais dos contratos de *swap* foram negociados para estarem alinhados aos termos dos empréstimos, objetos dos *hedges*. Considerando que todas as transações foram consideradas efetivas, as variações do valor justo sobre hedge de fluxo de caixa foram registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes” em contrapartida da rubrica “Instrumentos financeiros” passivos ou ativos.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os lucros e perdas dos objetos de hedge (accrual de juros e variação cambial – arrendamento financeiro e sênior notes respectivamente) são impactados mensalmente, e, portanto, são compensados mensalmente pelos instrumentos de hedge (derivativos).

Fatores que podem influenciar na eficácia do hedge incluem: i) diferença temporal entre instrumento de hedge e objeto de hedge e ii) risco de crédito da contraparte impactar substancialmente o valor justo do instrumento financeiros, mas não o objeto de hedge (Senior Notes).

A movimentação da reserva de *hedge* de fluxo de caixa está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Saldo no início do período	(11.192)	(33.785)
Operações liquidadas durante o período reconhecidas no resultado	6.444	6.435
Novas transações	(215.765)	-
Ajuste de valor justo	66.544	12.663
Efeito de imposto diferido	36.645	3.495
Saldo no final do período	(117.324)	(11.192)

Hedge de valor justo

Definição	Origem do Risco	Riscos designados para hedge	Instrumento de hedge	Reconhecimento
Hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido.	Arrendamento financeiro de aeronaves com taxa de juros pré-fixadas	Taxa de Juros	Swap de Fluxo de Caixa - trocando taxa de juros pré-fixado para pós-fixado.	<ul style="list-style-type: none">Item protegido: Valor Justo - Passivo em contrapartida resultado.Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo em contrapartida resultado (MtM).
	Instrumentos de dívida denominados em US\$	Variação Cambial e Taxa de Juros	Swap de Fluxo de Caixa - trocando US\$ + Spread para reais em %CDI.	<ul style="list-style-type: none">Item protegido: Valor Justo - Passivo em contrapartida resultado.Instrumento de hedge: Valor Justo - Ativo/Passivo em contrapartida resultado (MtM).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha contratos de *swap* de taxa de juros com valor *notional* de R\$163.353 (31 de dezembro de 2017 - R\$103.669) na qual a Companhia recebe taxa de juros fixas e paga uma taxa variável correspondente a um percentual do CDI.

O ajuste no valor justo do swap de taxas de juros gerou um ganho não realizado de R\$20.081 (31 de dezembro de 2017 - R\$4.723) e foi reconhecida sob a rubrica receitas financeiras. O impacto na demonstração do resultado foi compensado por um ajuste negativo no valor da dívida protegida. Não houve ineficácia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativos não designados como “*hedge accounting*”

i. Contrato de termo de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao risco de flutuação no dólar norte-americanos e, portanto, celebra contratos de moeda “NDF – Non Deliverable Forward” devidamente registrados na CETIP com bancos de primeira linha.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia tinha contratos de NDF no montante de US\$375 milhões (31 de dezembro de 2017 – US\$370 milhões). O ajuste do valor justo desses contratos gerou um ganho não realizado de R\$233.564 (31 de dezembro de 2017 – R\$219.930).

ii. Opções de moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui operações de opções de moeda estrangeira com valor *notional* de US\$159 milhões (31 de dezembro de 2017 - US\$544 milhões) dos quais US\$129 milhões (31 de dezembro de 2017 - US\$529 milhões) estão relacionados ao Senior Notes e US\$30 milhões (31 de dezembro de 2017 - US\$15 milhões) referem-se a um empréstimo em dólares. As opções resultaram no reconhecimento de perdas não realizadas de R\$45.949 em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – ganho de R\$160.464).

Em 1 de abril de 2018, a Companhia designou para contabilidade de hedge de fluxo de caixa opções com notional no montante de US\$400 milhões contratadas com o objetivo de proteção do principal do Senior Notes, e, portanto, passaram a ser apresentadas no tópico “Hedge de Fluxo de Caixa”.

iii. Swap de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui operações de *swap* de taxas de juros relacionadas ao Senior Notes. As mudanças no valor justo desses instrumentos resultaram no reconhecimento de perdas não realizadas de R\$166.987 (31 de dezembro de 2017 – R\$380.946).

iv. Contrato de termo de combustível

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui contratos de NDF no Mercado de Balcão com três contrapartes diferentes no mercado local indexados ao contrato de termo de combustível negociado na NYMEX, negociados em tranches mensais, com valor *notional* de R\$804.929 (31 de dezembro de 2017 - R\$15.495). O valor justo desses instrumentos totalizou uma perda não realizada de R\$123.224 (31 de dezembro de 2017 – ganho de R\$4.469).

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros

A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Aplicações financeiras circulantes	517.423	-	517.423	-
Aplicação financeira não circulante (c)	1.287.781	-	-	1.287.781
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	21.813	-	21.813	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	93.606	-	93.606	-
Contrato de moeda estrangeira	233.638	-	233.638	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	246.323	-	246.323	-

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Passivos financeiros a valor justo</u>				
Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	(9.422)	-	(9.422)	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	(1.732)	-	(1.732)	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	(260.593)	-	(260.593)	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	(45.949)	-	(45.949)	-
Contrato de moeda estrangeira	(74)	-	(74)	-
Contrato de termo de combustível	(123.224)	-	(123.224)	-

Ativos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Ativos financeiros a valor justo</u>				
Aplicações financeiras circulantes	1.036.148	-	1.036.148	-
Aplicações financeiras vinculadas (a)	8.808	-	8.808	-
Aplicação financeira não circulante (c)	835.957	-	-	835.957
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	4.747	-	4.747	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	4.239	-	4.239	-
Contrato de moeda estrangeira	219.930	-	219.930	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	187.437	-	187.437	-
Contrato de termo de combustível	4.469	-	4.469	-

Passivos mensurados a valor justo	31 de dezembro de 2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>Passivos financeiros a valor justo</u>				
Swap de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa	(14.755)	-	(14.755)	-
Swap de taxa de juros - opções a valor justo (b)	(24)	-	(24)	-
Swap de taxa de juros - não designado como hedge	(385.185)	-	(385.185)	-
Contrato de opção de moeda estrangeira	(26.973)	-	(26.973)	-

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Inclui circulante e não circulante.
- (b) Parcela dos saldos dos empréstimos do FINAME PSI e do FINAME Convencional, apresentados pelo seu valor ajustado ao risco coberto, aplicando as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo.
- (c) A Companhia calcula o valor justo da opção de compra baseada em uma avaliação da TAP e modelo binomial considerando o prazo de opção, taxa de desconto e volatilidade de mercado de companhias aéreas com capital aberto em bolsas de valores, calculados com uma média de 2 anos. A quantia resultante do modelo binomial calculado em Euros foi convertida em Reais utilizando a taxa de câmbio do período. (Nota 22)

Descrição dos *inputs* não observáveis significativos na avaliação do valor justo

Os *inputs* significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são apresentados abaixo:

Técnicas de valorização	Inputs significativos não observáveis	Taxa	Sensibilidade dos inputs ao valor justo (valores em milhões de reais)
Método de fluxo de caixa descontado	Taxa de crescimento de longo prazo para os fluxos de caixa dos anos seguintes	2018: 1,9% 2017: 1,8%	10 pontos base (2017 – 10 pontos base) de aumento (redução) na taxa de crescimento resultaria em aumento (redução) no valor justo de R\$3 (2017 - R\$19)
	Taxa de desconto	2018: 12,2% 2017: N/A(*)	50 pontos base de aumento resultaria em redução no valor justo de R\$23 (2017 - 0). 50 pontos base de redução resultaria em aumento no valor justo de R\$ 25 (2017 - 0).

(*) Em 2017 a companhia utilizava outra metodologia não diretamente comparável

Reconciliação do ativo financeiro Nível 3

A movimentação do valor justo dos Bonds Conversíveis da TAP é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Saldo no início do período	835.957	752.095
Variação cambial, ganho (perda) (*)	48.365	47.781
Juros acumulados (12.f.ii) (**)	29.630	29.569
Ajuste do valor justo (12.f.ii) (**)	13.219	(11.844)
Valor justo da opção de compra (12.f.ii) (**)	360.610	18.356
Saldo no final do período	1.287.781	835.957

(*) registrado na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquida" na demonstração do resultado.

(**) registrado na rubrica "Resultado da transação com partes relacionadas, líquido" na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Receita		
Transporte de passageiros	9.029.960	6.985.044
Outras receitas	527.018	1.139.427
Receita bruta	9.556.978	8.124.471
Impostos incidentes sobre:		
Transporte de passageiros	(359.828)	(289.704)
Outras receitas	(43.793)	(45.270)
Total de impostos	(403.621)	(334.974)
Receita líquida	9.153.357	7.789.497

24. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2018			2017	
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Total	Total
Combustível de aviação	(2.644.261)	-	-	(2.644.261)	(1.848.195)
Salários e benefícios	(1.154.538)	(18.211)	(240.268)	(1.413.017)	(1.296.166)
Arrendamentos mercantis de aeronaves e outros	(1.485.835)	-	(24.112)	(1.509.947)	(1.181.731)
Tarifas aeroportuárias	(592.100)	-	-	(592.100)	(490.569)
Prestação de serviços de tráfego	(395.394)	-	-	(395.394)	(357.841)
Comerciais e publicidade	-	(368.663)	-	(368.663)	(309.540)
Materiais de manutenção e reparo	(504.477)	-	-	(504.477)	(568.144)
Depreciação e amortização	(272.325)	-	(52.577)	(324.902)	(299.793)
Outras despesas operacionais, líquidas	(507.184)	-	(367.964)	(875.148)	(572.497)
	(7.556.114)	(386.874)	(684.921)	(8.627.909)	(6.924.476)

24.1. Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado	
	Exercício findo em	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Acomodações, transportes e refeições	(215.808)	(184.035)
Serviços de TI	(188.936)	(132.572)
Serviços profissionais	(80.890)	(52.931)
Riscos tributário, cível e trabalhista	(54.463)	(66.955)
Seguros de aeronaves	(23.827)	(21.631)
Voos interrompidos	(48.319)	(41.269)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	(194.121)	59.917
Outros	(68.784)	(133.021)
	(875.148)	(572.497)

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em		Exercícios findos em	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2018	2017	2018	2017
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras	960	1.379	31.947	50.604
Programa de recuperação fiscal	-	1.974	-	28.838
Outras	1.182	2.152	9.446	15.363
	2.142	5.505	41.393	94.805
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(217.889)	(278.840)
Juros sobre antecipação de recebíveis de cartão de crédito	-	-	(10.625)	(36.188)
Juros e multas sobre outras operações	(4.658)	(574)	(79.822)	(110.375)
Comissão de garantia	-	-	(26.187)	(24.880)
Custo de empréstimo	-	-	(23.169)	(36.598)
Outros	(286)	(2.048)	(52.515)	(37.152)
	(4.944)	(2.622)	(410.207)	(524.033)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	-	298.094	(90.171)
Variações monetárias e cambiais, líquida	43.688	49.965	(194.706)	57.871
Resultado financeiro líquido	40.886	52.848	(265.426)	(461.528)

26. Compromissos

a) Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia possui obrigações decorrentes da celebração de contratos de arrendamento operacional, denominados em dólares norte-americanos, para 123 aeronaves, 14 motores e 3 simuladores de voo em 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 – 114, 17 e 3, respectivamente). Os contratos de arrendamento variam de 60 a 144 meses para a Embraer, ATR e Airbus. Para esses contratos, apresentamos como garantia cartas de fiança ou depósitos.

Os contratos de arrendamento mercantil operacionais requerem pagamentos periódicos das parcelas dos arrendamentos e não incluem opção de compra da aeronave no final do contrato. Os pagamentos são indexados ao dólar norte-americano e a maior parte das parcelas são corrigidas pela taxa de juros LIBOR.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais, não canceláveis, são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Até um ano	1.688.080	1.256.660
Mais de um ano, até cinco anos	5.664.189	4.577.550
Mais de cinco anos	3.098.914	2.560.290
	10.451.183	8.394.500

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o total reconhecido como custo de arrendamento operacional de aeronaves foi de R\$1.417.897 (31 de dezembro de 2017 - R\$1.114.416) com impacto no caixa de R\$1.520.988 (31 de dezembro de 2017 - R\$1.092.543).

Os contratos de arrendamentos operacionais da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

b) Compromissos para futuras aquisições de aeronaves

A Companhia possui contratos para a aquisição de 94 aeronaves (31 de dezembro de 2017 - 73), em que os seguintes pagamentos futuros serão realizados:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Até um ano	243.857	-
Mais de um ano, até cinco anos	10.695.827	11.769.181
Mais de cinco anos	3.960.657	3.704.580
	14.900.341	15.473.761

c) Cartas de crédito

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu cartas de crédito no montante de US\$282 milhões (31 de dezembro de 2017 - US\$161 milhões), equivalente a R\$1.091.744 (31 de dezembro de 2017 - R\$533.201) e fianças bancárias no montante de R\$47.676 em relação a depósitos de segurança, reservas de manutenção e fianças locais.

d) Garantias

Em 15 de setembro de 2017, a ALAB assinou um Instrumento de Garantia e Indenização, garantindo as obrigações e passivos relacionados aos contratos de arrendamento operacional de três aeronaves A350-900XW firmados pelas companhias aéreas Hong Kong Airlines e Beijing Capital Airlines, ambas pertencentes ao mesmo grupo econômico da HNA, ex-acionista da Companhia, com a Wilmington Trust SP Services (Dublin) Limited.

27. Plano de outorga baseada em ações

27.1. Plano de opção de compras de ações

27.1.1. Primeiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 11 de dezembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações ("Primeiro Plano de Opção") para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários. O plano tem um prazo de 10 anos, sendo que nenhuma opção poderá ser outorgada após esta data.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência de uma Oferta Pública Inicial (IPO)

27.1.2. Segundo plano de opção

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Segundo Plano de Opção") para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções do Segundo Plano de Opção, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de quatro anos, a ocorrência do IPO. Adicionalmente, as opções têm um tempo de duração de oito anos.

As opções emitidas no Segundo Plano de Opções, após o IPO, exigem um período de aquisição de 4 anos. As opções têm um tempo de duração de dez anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Conselho de Administração.

27.1.3. Terceiro plano de opção

Em AGE realizada no dia 10 de março de 2017 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Terceiro Plano de Opção") para a emissão de opções de compra de ações preferenciais Classe A por seus beneficiários.

As condições para exercício das opções são, além de um período de aquisição de cinco anos, a ocorrência do IPO. As opções têm um tempo de duração de cinco anos e só podem ser exercidas dentro de 15 dias após cada aniversário de aquisição.

27.1.4. Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas

O valor justo na data de concessão de opções de ações foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina.

	Primeiro Plano de Opção		
	1º Programa	2º Programa	3º Programa
Total de opções concedidas	5.032.800	1.572.000	656.000
Reunião do Comitê de remuneração	11-dez-09	24-mar-11	05-abr-11
Total de opções em circulação	769.520	335.600	37.560
Preço de exercício da ação	R\$3,42	R\$6,44	R\$6,44
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,93	R\$4,16	R\$4,16
Volatilidade estimada do preço da ação	47,67%	54,77%	54,77%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	8,75%	12,00%	12,00%
Vencimento médio remanescente (em anos)	-	-	-
Duração da ação	10 anos	10 anos	10 anos
Prazo médio	7 anos	7 anos	7 anos

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo Plano de Opção				Terceiro Plano de Opção
	1º	2º	3º	4º	1º Programa
	Programa	Programa	Programa	Programa	
Total de opções concedidas	2.169.122	627.810	820.250	680.467	9.343.510
Reunião do Comitê de remuneração	30-jun-14	01-jul-15	01-jul-16	06-jul-17	14-mar-17
Total de opções em circulação	1.029.281	355.176	555.702	633.182	7.474.808
Preço de exercício da ação	R\$19,15	R\$14,51	R\$14,50	R\$22,57	R\$11,85
Valor justo da opção na data da concessão	R\$11,01	R\$10,82	R\$10,14	R\$12,82	R\$4,82
Volatilidade estimada do preço da ação	40,59%	40,59%	43,07%	43,35%	50,64%
Dividendo esperado	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	12,46%	15,69%	12,21%	10,26%	11,32%
Vencimento médio remanescente (em anos)	-	0,4	1,5	2,5	3,2
Duração da ação	8 anos	8 anos	8 anos	10 anos	5 anos
Prazo médio	4,5 anos	4,5 anos	4,5 anos	5,5 anos	5 anos

As mudanças nos planos de opções de compras de ações são como a seguir:

	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício (em reais)
Em 31 de dezembro de 2016	10.877.982	R\$8,38
Concedidas	10.023.977	R\$12,58
Canceladas	(468.818)	R\$8,19
Exercidas	(4.182.454)	R\$5,61
Em 31 de dezembro de 2017	16.250.687	R\$11,69
Canceladas	(182.388)	R\$18,48
Exercidas	(4.877.470)	R\$8,57
Em 31 de dezembro de 2018	11.190.829	R\$12,55
Número de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2018	2.572.640	R\$11,60
31 de dezembro de 2017	4.788.718	R\$8,11

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$16.677 (31 de dezembro de 2017 - R\$19.862) reconhecido na demonstração do resultado.

27.2. Plano de Unidade de Ações Restritas

Em AGE realizada no dia 30 de junho de 2014, foi aprovado o Plano de Unidades de Ações Restritas ("Plano de RSU"). Nos termos do Plano de RSU, um valor fixo (em reais) foi outorgado aos participantes, que seria liquidado em uma quantidade de ações preferenciais determinada pela divisão do valor monetário da outorga pelo preço por ação (não descontado) das ações preferenciais no IPO.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As condições para o exercício do Plano de RSU, antes do IPO, eram, além de um período de aquisição de 4 anos, a ocorrência do IPO. Enquanto o IPO ou uma mudança de controle não ocorresse, a Companhia poderia liquidar as parcelas do Plano de RSU, dos períodos de aquisição já concluídos, em dinheiro no 1º, 2º, 3º e 4º aniversário da data de outorga. O valor justo do prêmio, antes do IPO, foi determinado na data de cada demonstração financeira atualizando a taxa de juros e a obrigação foi registrada como um passivo.

Na data do IPO, o valor monetário dos prêmios foi convertido em unidades com base no valor justo das ações preferenciais na mesma data. O passivo relacionado foi reclassificado para o patrimônio líquido de acordo com o método de liquidação pós-IPO.

As outorgas subsequentes são mensuradas com base no valor justo da ação na data de concessão dos prêmios.

27.2.1. Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas

	Reunião do Comitê de remuneração	Total de opções concedidas	Total de ações em circulação	Valor justo da ação (em reais)
1º programa	30-jun-14	487.670	11.902	R\$ 21,00
2º programa	01-jul-15	294.286	66.651	R\$ 21,00
3º programa	01-jul-16	367.184	160.412	R\$ 21,00
4º programa	06-jul-17	285.064	199.019	R\$ 24,17
5º programa	07-ago-18	291.609	291.609	R\$ 24,43
		<u>1.725.813</u>	<u>729.593</u>	

As mudanças nos planos de ações restritas são como a seguir:

	Número de ações
Em 31 de dezembro de 2016	859.940
Concedidas	285.064
Canceladas	(63.676)
Pagas	<u>(271.382)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>809.946</u>
Concedidas	291.609
Canceladas	(72.303)
Pagas	<u>(299.659)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>729.593</u>

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação ao RSU foi de R\$6.254 (31 de dezembro de 2017 - R\$10.027) reconhecido na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.3. Plano de Opção Virtual de Compra de Ações

Em 7 de agosto de 2018, o Comitê de Remuneração aprovou o Plano de Opção Virtual de Compra de Ações ("Phantom Shares"). O plano consiste em uma remuneração em dinheiro, não havendo, no entanto, a previsão de negociação efetiva das ações, uma vez que não haverá emissão e/ou entrega de ações para liquidação do plano. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das Phantom Shares outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (vesting period). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As opções emitidas no Phantom Shares exigem um período de aquisição de 4 anos, têm um tempo de duração de oito anos e o preço de exercício deve ser igual ao menor preço da ação negociada no mercado durante os trinta pregões anteriores à data da outorga das opções aprovada pelo Comitê de Remuneração. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de companhias aéreas listadas nas bolsas de valores do Brasil e do restante da América Latina

27.3.1. Informações sobre o valor justo de opções de ações e despesas

O valor justo da concessão de opções de ações em 31 de dezembro de 2018 foi mensurado pelo modelo de Black-Scholes usando os dados abaixo.

	Phantom Shares 1º Programa
Total de opções concedidas	707.400
Reunião do Comitê de remuneração	07-ago-18
Total de opções em circulação	707.400
Preço de exercício da ação	R\$20,43
Valor justo da opção	R\$9,85
Volatilidade estimada do preço da ação	34,00%
Dividendo esperado	1,10%
Taxa de retorno livre de risco	6,40%
Vencimento médio remanescente (em anos)	3,6
Duração da ação	8 anos
Prazo médio	6 anos

O passivo registrado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.596 (31 de dezembro de 2017 - R\$0) e está apresentado no balanço patrimonial sob a rubrica "Salários, provisões e encargos sociais".

A despesa de remuneração baseada em ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em relação a Phantom Shares foi de R\$1.184 (31 de dezembro de 2017 - R\$0) reconhecido na demonstração do resultado.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião e nas estimativas de seus assessores jurídicos externos e internos, concluiu que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas consideradas prováveis. Quando requerida, a Companhia efetua depósitos judiciais.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2018	2017
Tributários	1.962	1.896
Cíveis	44.960	48.751
Trabalhistas	34.062	22.551
	80.984	73.198

Movimentações

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	76.353
Constituição	78.469
Baixa por pagamento	(81.624)
Em 31 de dezembro de 2017	73.198
Constituição	70.439
Baixa por pagamento	(62.653)
Em 31 de dezembro de 2018	80.984

O montante total dos processos, que de acordo com a administração representam perdas possíveis, mas não prováveis, para as quais não foi registrada provisão, são as seguintes:

	31 de dezembro de	
	2018	2017
Tributários	87.384	80.648
Cíveis	43.203	23.304
Trabalhistas	135.311	133.283
	265.898	237.235

a) Processos tributários

A Companhia tem processos fiscais que se referem a cobrança adicional de 1% da COFINS nas importações de aeronaves e motores, de acordo com o que prevê a Lei 10.865/04, a aplicação da alíquota zero da COFINS para a importação de aeronaves e partes e peças. Sendo assim, a Administração entende que as chances de perda são possíveis e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

Azul S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Processos cíveis

A Companhia possui ações de natureza cíveis, relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral, tais como atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras.

c) Processos trabalhistas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e equiparação salarial.

Em 22 de fevereiro de 2017, o Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação contra a Companhia alegando a violação de certos aspectos trabalhistas, como extrapolações na jornada de trabalho diário e ausência de fruição de períodos de repouso, pelos quais são reinvidicados aproximadamente R\$66.000 em danos punitivos. A ação encontra-se suspensa e os assessores jurídicos da Companhia classificam o processo com probabilidade de perda possível, para o qual não foi constituída provisão.

29. Eventos subsequentes

Em 11 de março de 2019, a Companhia assinou uma proposta não-vinculante no valor de US\$105 milhões para a aquisição de certos ativos da Avianca Brasil através de uma Unidade Produtiva Isolada (UPI) de acordo com a Lei de Falências e Recuperação Judicial. A UPI incluirá ativos selecionados pela Companhia como o certificado de operador aéreo da Avianca Brasil, 70 pares de slots e aproximadamente 30 aeronaves Airbus A320.

O acordo é não-vinculante e o processo de aquisição da UPI está sujeito à uma série de condições como a conclusão de um processo de diligência, a aprovação de órgãos reguladores e credores, assim como a conclusão do processo de Recuperação Judicial. A expectativa é que esse processo dure até três meses.